

22

Página

NÚMERO 113 | OUTUBRO 2021

Fabio Feldmann
O importante
é atender às demandas
da sociedade

Opinião
Por que a democracia tem
tudo a ver com os negócios

Formação
Cursos se multiplicam,
mas falta integrar
conhecimento

FOCO NO QUE IMPORTA
Os temas mais relevantes
na agenda ESG brasileira

Sem tempo a perder

Quem se interessa por sustentabilidade vê um copo pela metade – cheio de mudanças positivas e inimagináveis até pouco tempo atrás, mas vazio quando se olha para a velocidade das transformações necessárias. Sem uma forte inflexão, a humanidade está prestes a perder a guerra contra a mudança do clima. No Brasil, efeitos são sentidos, por exemplo, na oferta de água e energia e na inflação, que atinge sobretudo os mais vulneráveis. As desigualdades são gritantes, acentuadas pela pandemia, enquanto o País está a reboque de uma perigosa onda de recessão democrática.

Por tudo isso, não há tempo a perder. Danos já irreversíveis – em relação à biodiversidade, por exemplo – e a aproximação de novos *tipping points*, como a savanização da Floresta Amazônica, imprimem senso de urgência à propalada agenda ESG, que adota critérios sociais, ambientais e de governança em decisões de investimento. Não há espaço para *greenwashing* e nem mesmo para ações que possam ser bem-intencionadas, mas irrelevantes para transformações efetivas. Também não adianta gerar impacto positivo de um lado, mas continuar causando impacto negativo de outro. Além disso, a política é elemento-chave para provocar mudanças em ampla escala.

É preciso concentrar as ações nos temas mais prementes, o que se chama de materialidade. Essa expressão significa a relevância de determinado fator para uma organização, o que pode ser medido pelo impacto econômico, social ou ambiental que gera. Com isso, a empresa deve se atentar ao que de fato importa, evitando práticas inócuas ou que caracterizam *greenwashing*.

Provocada pela Global Reporting Initiative (GRI) nesta terceira edição produzida em parceria, a PÁGINA22 identifica os fatores de maior materialidade na agenda ESG brasileira, como mudança do clima, desmatamento, desigualdades, racismo, diversidade, ética e democracia. A revista agradece imensamente à GRI e à Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional pela oportunidade de gerar conteúdo para este debate. Boa leitura!

22

Página

JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle
e Flavia Pardini

EDITORA Amália Safatle

EDIÇÃO DE ARTE José Roosevelt Junior
www.mediacts.com

ILUSTRAÇÕES José Roosevelt Junior

REVISÃO Carolina Machado

PRODUÇÃO Jorge Novais Telles

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

Andrea Vialli, Jorge Novais Telles (edição de vídeos), Yacoff Sarkovas, Magali Cabral, Sérgio Adeodato

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Amália Safatle (MTb 22.790)

CONSELHO EDITORIAL DESTA EDIÇÃO ESPECIAL

Ana Aranha, Ana Siqueira, Daniela Lerda, Denys Roman, Fábio Coelho, Felipe Nistrovsky, Fernanda Camargo, Gláucia Terreo, Gustavo Ferroni, Juliana Campos Lopes, Marcel Fukayama, Maria Eugênia Buosi, Natalie Unterstell, Regiane Monteiro de Abreu, Roberta Simonetti

APOIE

Para informações sobre anúncios e parcerias, escreva para contato@pagina22.com.br

Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por colaboradores expressam a visão de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista de PÁGINA22.



A REVISTA PÁGINA22 ADERIU À LICENÇA
CREATIVE COMMONS. ASSIM, É LIVRE
A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO – EXCETO
IMAGENS – DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.



Use o QR Code para acessar **PÁGINA22** gratuitamente e ler esta e outras edições



14

AMBIENTAL

Mexido à brasileira

A urgência climática envolve pontos relevantes e interligados, tais como o fim do desmatamento, a gestão das crises hídrica e energética e o controle da inflação. Embora o desafio seja imenso, faltam ambição e velocidade

8 Entrevista A agenda ESG deve ser encarada a partir das demandas da sociedade e não das empresas, e dar respostas a questões como pobreza, desigualdade, racismo, clima, poluição e perda de biodiversidade. Esta é a visão de Fabio Feldmann, do alto de uma larga experiência no movimento ambientalista, no Executivo, no Parlamento e em temas climáticos

32 Social A crise econômica e a mal-administrada pandemia de Covid-19 no Brasil, somadas a um governo insensível aos problemas concretos da população, acentuam as históricas desigualdades e jogam holofotes sobre o S do ESG

40 Governança Para uma evolução no campo da ética, a governança deve superar a cultura patrimonialista e promover o engajamento de *stakeholders*. Especialistas também defendem ações mais explícitas em defesa da democracia

56 Formação O mercado de trabalho para profissionais em ESG está aquecido, mas falta integrar questões socioambientais às áreas do conhecimento. Há lacunas de comunicação e no aprendizado, prejudicado pelas desigualdades

SEÇÕES

CAPA: ISTOCK

4	Projeto	Especial	6	Drops	54	Artigo	64	Baú	66	Última
---	---------	----------	---	-------	----	--------	----	-----	----	--------

Por um novo padrão civilizatório

É com muita alegria que apresentamos a terceira edição especial da PÁGINA22 com a Global Reporting Initiative (GRI) e com apoio da Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional. O contexto no qual celebramos nosso lançamento, entretanto, não é tão animador. Enfrentamos no País os piores índices sociais dos últimos anos, com aumento do número de pessoas abaixo da linha de pobreza e também de super-ricos (Dieese, 2021), recrudescendo as velhas mazelas resultantes dessa desigualdade. Além disso, o desmatamento e as queimadas de nossas florestas seguem a todo vapor, dizimando espécies, mudando o regime das águas, degradando nossos solos e contribuindo para o aumento da temperatura em escala global.

Será que as empresas estão endereçando, de alguma forma, essas questões? Quais deveriam ser os tópicos de sustentabilidade/ESG materiais e fundamentais para todas as empresas com operação no Brasil, independentemente de setor, porte ou localização? Este foi o desafio que lançamos à equipe da Página22 para esta edição especial.

A metodologia GRI busca elencar os temas comuns a partir de iniciativas universais, transformando-as em divulgações e indicadores usados para inserir a sustentabilidade na gestão das organizações. Mas quais são os temas brasileiros?

Em uma pesquisa online simples com 224 respondentes, realizada entre os dias 11 e 30 de agosto deste ano, perguntamos qual era a percepção acerca dos tópicos da GRI em uma graduação de “sem importância” até “muito importante”. A ideia era entender se as Normas GRI se conectavam à nossa realidade. Conforme as respostas obtidas, 100% dos temas listados no levantamento foram considerados pela maioria como importantes ou muito importantes. Alguns respondentes chegaram a se queixar de que a pesquisa não era boa por apresentar somente temáticas com esse grau de importância. Na segunda parte da consulta, pedimos aos participantes que nos dissessem quais tópicos eram mais fundamentais para todas as empresas com operações no Brasil. Tivemos 72 respondentes, que elegeram os seguintes tópicos, em ordem de importância:

1. Energia e emissões
2. Materiais e resíduos
3. Mudanças climáticas
4. Água e efluentes

5. Avaliação socioambiental de fornecedores (violação de direitos humanos, perda de biodiversidade, desmatamento etc.)
6. Diversidade e inclusão
7. Direitos humanos
8. Ética e Integridade
9. Identificação e gestão de impactos socioambientais pelos órgãos de governança
10. Práticas anticorrupção

Será esta uma lista coerente com as nossas urgências? Com os retrocessos sociais e ambientais que vivemos atualmente, devêssemos, talvez, retornar ao básico e essencial. Nossa Constituição Federal de 1988 pode ser o ponto de partida para refletirmos sobre os temas materiais para o Brasil, pela sua abrangência e completude. Não à toa esta edição traz uma relevante entrevista com um dos responsáveis pela elaboração desse documento visionário, o advogado e ex-deputado Fabio Feldmann.

Com o aumento do interesse do tema ESG no ambiente empresarial, há quem diga que ainda não existem métricas ou direcionamentos para as empresas endereçarem as questões de sustentabilidade. Eu defendo a tese de que, na verdade, temos muitas referências direcionadoras para apoiar as organizações na mudança para um novo modelo de negócio e mercado, tais como: a Constituição Federal, as regulações, as experiências acumuladas, os instrumentos de gestão, as próprias Normas GRI.

Infelizmente, não há uma fórmula mágica ou um modelo fechado. Precisamos, na realidade, investir tempo para conectar os pontos, aprender, refletir e planejar a jornada em direção a um novo padrão civilizatório. E esta edição da Página22 tem muito a contribuir para essa reflexão.

Boa leitura!

Glaucia Terreo, diretora da GRI no Brasil

A sigla da hora

Qual o significado e a importância dessas três letras que “pousaram” recentemente sobre o universo corporativo e que estão dando tanto o que falar? ESG, ou ASG, se traduzida para o português, é a abreviação de ambiental, social e governança. Cada uma dessas palavras traz uma bagagem de princípios de boas práticas que devem nortear a gestão das grandes empresas e de suas cadeias produtivas.

O movimento ESG começou com uma provocação do então secretário-geral da ONU, Kofi Annan, feita a 50 CEOs de grandes instituições financeiras, sobre como integrar fatores ambientais, sociais e de governança no mercado de capitais. O ter-

mo foi cunhado logo em seguida, em uma publicação do Pacto Global das Nações Unidas e do Banco Mundial, de 2004, intitulada *Who Cares Wins* – ou, em português, *Vence Quem se Importa*.

Mas nem o setor financeiro, nem o mundo corporativo assimilaram o conceito para valer, até que, em 2020, a maior gestora de fundos de investimentos do mundo, a BlackRock, mandou seu recado: as empresas não comprometidas com tais princípios estariam fadadas a ficar sem capital. Dali em diante, as decisões de investimento passariam a considerar em suas análises de risco o comprometimento das empresas com a agenda ESG.

Para tirar o ESG do discurso e evitar o

greenwashing, é preciso dar materialidade a essa agenda, ou seja, definir as ações que são mais relevantes para a empresa ou o setor e sempre traçar metas e indicadores para medir seus impactos no meio ambiente e na sociedade.

Essa materialidade, entretanto, é cheia de meandros e entraves. A começar pela necessidade de tropicalizar o ESG, conceito importado do Hemisfério Norte, e adaptá-lo a uma realidade brasileira, que hoje está bem mais caótica do que se gostaria. É sobre o caminho da materialidade do E, do S e do G no Brasil que trata esta nova edição de P22_ON, realizada em parceria com a Global Reporting Initiative (GRI). Saiba mais nesta breve animação:



Para que serve o ESG?

Muito bem-vindo, necessário, mas não suficiente. O setor financeiro era uma parte que faltava na equação da sustentabilidade e seu recente ingresso traz um ganho relevante na medida em que evidencia riscos e oportunidades da

atividade empresarial. No entanto, o ESG deve ser encarado a partir das demandas da sociedade e não das empresas, e claramente dar respostas a desafios como pobreza, desigualdade, racismo, clima, poluição, perda de biodiversidade. Esta

é a visão de Fabio Feldmann, do alto de uma larga experiência no movimento ambientalista, no Executivo, no Parlamento e em assuntos climáticos. Confira aqui trechos em vídeo da *Entrevista* concedida à PÁGINA22:



Para dar respostas à sociedade

POR AMÁLIA SAFATLE

Muito bem-vindo, necessário, mas não suficiente. O setor financeiro era uma parte que faltava na equação da sustentabilidade e seu recente ingresso traz um ganho relevante na medida em que evidencia riscos e oportunidades da atividade empresarial. No entanto, o ESG deve ser encarado a partir das demandas da sociedade e não das empresas, e claramente dar respostas a desafios como pobreza, desigualdade, racismo, clima, poluição, perda de biodiversidade. Esta é a visão de Fabio Feldmann, do alto de uma larga experiência no movimento ambientalista, no Executivo, no Parlamento e em assuntos climáticos.

Para ele, o ESG deve também considerar o fator político. “Para uma boa governança dos nossos temas, é preciso um Estado inteligente e preparado, que trabalhe com regulação.” Isso leva à regulação política, ou seja, aos parlamentos. Aqui Feldmann vê uma oportunidade de separar o joio do trigo e identificar empresas que se dizem comprometidas com a sustentabilidade mas que, na sua ação política, apoiam iniciativas que vão na contramão.

O ambientalista chama a atenção das empresas que ainda recaem em equívocos como o *greenwashing*, esquecendo-se que o cerco está se fechando especialmente nos mercados internacionais. A busca de **materialidade** é uma forma de a empresa traçar planos de ação objetivos a respeito dos impactos que causa. Mas, associado à materialidade, ele defende o diálogo franco da empresa com a sociedade e seus **stakeholders**, reconhecendo que aquilo que faz não é suficiente. “Esse compromisso eu chamaria, em uma linguagem climática, de **adicionalidade**. Ou seja: estou nesta linha de base e prometo melhorar. Porque, se não, vira conversa fiada”, diz.

Administrador de empresas e advogado, atua como consultor em sustentabilidade. Foi deputado federal por três mandatos (1986-1998) e participou como deputado constituinte da Constituição de 1988, responsável pela elaboração do capítulo destinado ao meio ambiente. Foi secretário estadual de Meio Ambiente de São Paulo (1995-1998) e membro oficial da delegação brasileira nas Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (1997-2002). Em 2000, juntamente com o então presidente Fernando Henrique Cardoso, criou o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Também foi secretário-executivo do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade. No movimento ambientalista desde 1980, participou da fundação da Oikos, da SOS Mata Atlântica, do Instituto GEA e da Fundação Onda Azul. Foi membro do primeiro conselho da Global Reporting Initiative (GRI).

FOTO: DIVULGAÇÃO





O ESG traz o mundo das finanças para a sustentabilidade, o que ajuda muito a colocar o assunto no *mainstream*. Ao mesmo tempo, essa abordagem mais financeirista, se ficar dominante, pode atraparlar uma visão mais sistêmica, integrada e humanista?

A grande novidade nas nossas questões [da sustentabilidade] é o engajamento do setor financeiro, basicamente no tema da mudança do clima. Isto tem ocorrido de uns anos pra cá, inclusive com bancos centrais se envolvendo na temática e criando grupo de trabalho, e a obrigatoriedade das empresas em divulgar os seus riscos climáticos. O ex-presidente do Banco da Inglaterra [Mark Carney] teve uma liderança relevante em colocar esta agenda para o setor financeiro, para os bancos centrais e com isto contaminou, digamos assim, os bancos centrais do mundo inteiro. Isso é importante porque o setor financeiro se manteve totalmente distante dos nossos temas nos últimos anos. É um ganho o setor financeiro ter entrado nesta questão, entretanto, não acho que seja suficiente.

O ESG deve ser encarado a partir das demandas da sociedade e não das empresas. Por exemplo, se o tema dos plásticos nos oceanos é real e de dimensão global, cabe à indústria da moda e têxtil dizer qual é o seu papel na solução do problema, uma vez que as roupas que usamos contêm grande quantidade de micro e nanoplásticos. No caso de poluição do ar, hoje considerado o maior problema de saúde no mundo pela OMS [Organização Mundial da Saúde], temos um claro exemplo no Brasil de contradições entre os compromissos existentes nos relatórios de sustentabilidade das grandes empresas e a realidade. A Anfavea [Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores] ostensivamente procura a flexibilização das regras do Proconve [Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores], por exemplo, e a Mercedes-Benz mantém no Brasil uma fábrica de motores defasados ambientalmente para exportação para África e América Latina. Isso para não falar da fraude praticada pela Volkswagen e demais montadoras no que tange aos seus reais padrões de emissão.

Ainda em relação à Petrobras, a empresa adquiriu blocos de petróleo da BP – a responsável pelo desastre no Golfo do México – na foz do Amazonas e está em busca de um licenciamento ambiental diferenciado: exploração de energia fóssil, isso após os últimos relatórios do IPCC e considerando que essa é uma área extremamente vulnerável do ponto de vista ambiental, com consequências dramáticas face a possíveis acidentes de derramamento.

Hoje os empreendimentos imobiliários são ditos sustentáveis, mas será mesmo? No caso da construção civil, precisamos lembrar que duas matérias-primas representam desafios: cimento e areia. O cimento é um dos setores com maior contribuição na emissão de gases de efeito estufa. A areia, por sua vez, tem apresentado cenários de escassez mundial e, no Brasil, a sua extração, na maioria das vezes, é ilegal.

O ESG deveria claramente dar respostas aos desafios da sociedade: pobreza, desigualdade, racismo, clima, poluição, perda de biodiversidade. Cada empresa de acordo com seu campo de atuação, ou seja, Sabesp, Cedae etc., enfrentando os impactos do clima no regime hidrológico com medidas práticas, a exemplo de investimentos em restauração florestal e invasão de mananciais.

O conceito do ESG não é novo, e os problemas ambientais, sociais e de governança menos ainda, mas a sigla virou uma febre. Essa onda é uma grande oportunidade de avançarmos de forma mais prática na agenda da sustentabilidade, ou há riscos de embarcarmos em mais um modismo com poucos resultados efetivos?

Muitas empresas estão equivocadas ao tratarem do assunto como marketing, esquecendo que a União Europeia está exigindo apresentação de planos de implementação logo mais. Assim, os riscos reputacionais e de acesso ao mercado europeu de quem não levar a sério essas questões certamente é muito sério.

E a prática de *greenwashing* poderá trazer consequências concretas e mesmo judiciais, com base na Resolução do Conar surgida após o polêmico caso de enxofre no diesel nacional envolvendo a Petrobras. Quem fizer publicidade enganosa, além de sofrer questionamentos no âmbito do Conar [Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária], poderá se sujeitar a condenação por danos morais coletivos.

Em um próximo governo – certamente não o de Bolsonaro –, essas temáticas estarão na pauta da CVM, a exemplo da SEC [Securities and Exchange Commission] nos Estados Unidos, e do Banco Central, de modo que tratá-las como marketing, filantropia e não como estratégia de longo prazo poderá trazer questionamentos comprometedores.

A materialidade, que é tema desta edição, tem como intuito identificar o que realmente importa na agenda das empresas, o que pode inibir o *greenwashing*.

É preciso aprofundar a discussão do ESG em re-

lação à empresa e ao setor empresarial no qual ela se insere. Pois o que pode ser muito relevante para um setor pode ser pouco para outro. Tempo atrás, fui consultado sobre uma empresa de serviço que queria trabalhar com sustentabilidade e gostaria de criar uma área de ESG. Só que é uma empresa de serviço, então a energia que ela consome não é relevante, não tem uma grande materialidade. Talvez o aspecto mais importante do ESG para essa empresa seja o fato de ser uma grande usuária de mão de obra, o que requer uma estratégia de recursos humanos para garantir diversidade e participação de minorias.

Outro aspecto para o qual já tem muita gente chamando a atenção são os compromissos *net zero* que as empresas estão fazendo para 2040, 2050 – datas muito longínquas do ponto de vista do que tem que ser feito. Daqui até lá tem muito tempo, e nós também precisamos ter mais clareza do significado da expressão carbono neutro. Porque quando as pessoas se referem a carbono neutro nem sempre estão falando das mesmas coisas, dos mesmos critérios, das mesmas metodologias.

E associada à materialidade tem que haver uma questão de ambição. A empresa precisa ter um diálogo franco com a sociedade e com os seus *stakeholders*, reconhecendo que o que faz não é suficiente. E eu não sinto esta conversa quando eu falo em ESG. Esse compromisso eu chamaria, em uma linguagem climática, de adicionalidade. Ou seja: estou nesta linha de base e prometo melhorar. Porque se não vira conversa fiada.

Para saber se as empresas estão levando ESG seriamente, alguns especialistas apontam alguns elementos. Os Conselhos estão preparados para avaliar o desempenho da empresa no que tange às temáticas sociais, ambientais? O modelo de governança reflete a incorporação dessas dimensões? Existem mecanismos de recompensa para os executivos com melhor desempenho? Como a empresa está organizada para tratar dessas temáticas? Elas estão inseridas no modelo de negócios de longo prazo ou na área de marketing ou comunicação?

O senhor vê alguma razão para o mundo das finanças ter acordado somente agora para assuntos que a academia e as organizações da sociedade civil têm alertado há muito tempo? Seria porque chegamos em um ponto muito crítico e de alto risco?

Em relação à mudança do clima, estamos realmente em um ponto muito crítico. E aí eu acho que o tema do risco fica muito relevante porque, a con-

tinuarem os cenários que a comunidade científica tem mostrado, a mudança do clima vai afetar e já está afetando o mundo dos negócios, como o agro-negócio e a infraestrutura, com o aumento dos desastres naturais. E ainda temos outras crises, como a da biodiversidade. Mesmo com todos os esforços da sociedade civil, da comunidade acadêmica, da mídia, os cenários são muito pessimistas. Quase nada melhorou nos últimos 30 anos.

O que melhorou foi o reconhecimento da sociedade civil e a capacidade da sociedade civil de produzir informação séria, mas não há um relatório sobre nossos temas que não tenha indicado uma situação cada vez mais dramática. Isso gera a crise da nossa geração em relação aos resultados. Ainda temos uma janela de oportunidade, mas desde que consigamos traduzir em ação o que temos falado nesses últimos anos.

E no Brasil ainda temos toda a questão da desigualdade social, não é?

A desigualdade social está crescendo no mundo inteiro. Inclusive em todos os países, mesmo nos Estados Unidos, que continuam sendo a primeira economia do mundo. Na China também há o desafio da desigualdade social, além do combate à pobreza. Certos temas estão ganhando importância no mundo, como o racismo, e no Brasil, como o racismo estrutural – o que vejo com bons olhos porque obriga uma reação da sociedade. Mas o fato é que os nossos cenários são muito desanimadores.

É uma peculiaridade brasileira juntar a agenda social com a ambiental?

Há uma mudança importante na percepção dos problemas. O conservacionismo ambiental, como era pensado até as décadas de 1970 e 80, hoje está positivamente influenciado pela necessidade de discutir a questão social. Ainda assim, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS] muitas vezes são conflitantes entre si. E aí a gente tem uma dificuldade de mentalidade. O *mainstream* ainda não entendeu que o crescimento econômico não é desenvolvimento, ainda que se fale em desenvolvimento sustentável.

No ESG parece faltar uma vertente decisiva para que todas as agendas aconteçam, que é a política. A governança é entendida dentro dos muros das empresas, mas não extrapola para uma boa gestão pública e decisões políticas, como se as empresas operassem em uma bolha, sem contato com o mundo externo. O sr. concorda com esta visão?



Concordo inteiramente e acho, inclusive, que, para uma boa governança dos nossos temas, é preciso um Estado inteligente e preparado, que trabalhe com regulação. Existem algumas iniciativas em curso, mas eu acho que a gente vai fazer o teste de coerência de muitas empresas quando elas tiverem que se posicionar, por exemplo, em medidas como a CVM [Comissão de Valores Mobiliários] fazendo o que a SEC faz há anos, que é obrigar as empresas que operam em bolsa a fazer o *disclosure* de seus passivos ambientais. E o Brasil avançou muito pouco nisso.

Dou esse exemplo porque uma coisa é certa: nós teremos de mudar o perfil do poder público brasileiro no sentido de que ele tem que empregar novas estratégias, inclusive inteligência artificial e novos mecanismos. O Estado brasileiro terá muitas dificuldades em financiar, por exemplo, agências ambientais.

Uma regulação da CVM é bem-vinda porque vai obrigar as empresas a um *disclosure* dos seus passivos ambientais e, com isso, a fazerem frente a esses passivos. E aí teremos como fazer a prova dos nove. Essas empresas todas que hoje se dizem totalmente sustentáveis e comprometidas com a sustentabilidade terão de entender que regulação, em alguns casos, é o caminho necessário. Não basta voluntarismo, você vai ter que trabalhar com regulação.

E isto vai a outra questão que é a regulação política, que são os parlamentos. Você veja que não só o governo Bolsonaro é um desastre, mas a Câmara dos Deputados tem sido totalmente insensível aos temas da nossa agenda. Aprovou, por exemplo, a lei geral de licenciamento, que tem como objetivo principal dispensar do licenciamento uma série de atividades, criar um autolicensing altamente controverso, a Lei da Grilagem...

Esse é um aspecto importante porque o Parlamento tem que, de certa maneira, estar mais voltado para a sociedade do que a alguns interesses, inclusive empresariais, de diminuir a eficácia do licenciamento. Aí está a oportunidade de separarmos o joio do trigo, ou seja, empresas que se dizem comprometidas com a sustentabilidade mas que, na sua ação política, apoiam iniciativas contra a sustentabilidade. Temos enormes passivos ambientais que são solenemente ignorados, desconhecidos, e temos de enfrentar. E o setor empresarial tem, sim, uma responsabilidade clara de reconhecer esses passivos e traçar estratégias para diminuí-los.

Nos Estados Unidos, por exemplo, essa questão está resolvida há anos. O mundo caminha nessa direção, mas aqui há uma enorme resistência quando se trata deste assunto. No Brasil, infelizmente, este

governo significa o atraso. Ninguém de nós imaginaria que o Brasil pudesse viver um governo em que o presidente foi eleito apesar de ter se manifestado em favor da tortura, desmontado os órgãos ambientais e tudo que já conhecemos.

Agora, a tendência mundial é um vetor de pressão muito grande, e temos de saber utilizar isto. No Brasil também tem espaço para alianças estratégicas importantes, entre um setor empresarial mais cosmopolita, a sociedade civil, e o próprio poder público, para que líderes do poder público possam defender ou promover mudanças com o apoio da sociedade. Sem isso, fica muito difícil.

Existe um espaço que podemos aproveitar, e eu acho que vai depender muito do resultado eleitoral do ano que vem, mas eu acho que depois de [a realização da COP 26 em] Glasgow, essas tendências serão fortalecidas e o Brasil não poderá ficar fora disso.

Em relação aos ataques à democracia que temos visto neste governo, como isso afeta os negócios do setor privado?

O agronegócio teve que se mobilizar no início do governo Bolsonaro contra a possibilidade de o Brasil sair do Acordo de Paris, o que poderia afetar seus negócios. Em algumas outras ocasiões, o setor privado também se posicionou, muitas delas com muita timidez. Pessoalmente acho que o setor empresarial tem plena consciência de que qualquer potencial ameaça à democracia teria um efeito perverso e dramático sobre o País. Você consegue imaginar como ficaria o Brasil perante a comunidade internacional com uma ruptura do sistema democrático? E perante os mercados internacionais?

O setor empresarial teve um posicionamento contra o voto impresso com assinaturas expressivas de gente importante, mas precisamos ir além. O que está em jogo nesta altura dos acontecimentos pode afetar, como estou dizendo, dramaticamente o Brasil. Não acho que a elite econômica queira entrar em uma aventura. Agora, é importante que o setor empresarial tenha uma posição firme na questão do [Estado de Direito](#), da democracia e das instituições. Eu, que fui constituinte, posso dizer que este governo mostrou claramente como é importante ter uma Constituição que defenda a democracia e instituições como o Supremo Tribunal Federal.

O ano de 2022 será um ano muito importante para nós, e acho que teremos mudanças positivas nas eleições. O Brasil já está pagando uma conta enorme por conta do desgoverno do Bolsonaro, em todos os sentidos. Não tem uma área em que você

não fique surpreso. E o Brasil tem uma agenda legislativa muito importante, inclusive de regulamentação da Constituição. A Constituição Brasileira foi promulgada em 88 e, pessoalmente, acho que o País precisa de uma lei por bioma. Uma lei para a Amazônia, uma lei para o Pantanal, uma lei para a Serra do Mar. Porque hoje o único bioma protegido por lei é a Mata Atlântica e, ainda assim, com riscos.

Devíamos ter uma agenda muito clara sobre os temas que estamos falando aqui, colocá-la na campanha eleitoral e tentar um compromisso eleitoral desses candidatos. É crucial que tenhamos parlamentares e partidos comprometidos com a nossa agenda. Nós regredimos com relação a isso.

E de que forma o setor privado pode contribuir com isso?

Por meio de uma aliança entre o setor privado e a sociedade civil, para tentar definir uma agenda de consenso. Uma agenda de consenso significa eliminar temas altamente controversos. Eu acho que tem espaço para uma agenda de convergência. Quanto mais comprometido estiver o País, o poder público, o setor empresarial e o reconhecimento da sociedade civil, melhores as condições de competitividade do Brasil mundo afora. Se o Brasil quer ter acesso ao mercado internacional, quanto mais ele estiver preparado para isso, melhor. Isso é de interesse do Brasil.

O que eu colocaria como importante para a eleição do ano que vem? Discutir os nossos temas na perspectiva de uma economia de baixo carbono. Junto a isso, também defendo que o tema da economia da biodiversidade seja colocado com clareza, na medida em que o Brasil é um país megabiodiverso. Isso pode gerar muita oportunidade de negócios, inclusive para o setor empresarial brasileiro, mas desde que ele perceba a importância desses temas.

Para isso, seria bom se a gente tivesse governos. Eu falo no plural porque não é só governo federal; temos que trabalhar com governos estaduais e eventualmente com governos municipais comprometidos com esta agenda. Quando falo isso, não é porque eu ache que o setor empresarial tem que ser mais altruísta, é porque ele tem muito a ganhar com o que estamos falando. E tem muito a perder na medida em que não abraçar essas temáticas.

Muitas pessoas que trabalham com essas agendas estão deprimidas, vendo que estão perdendo as batalhas. Os tempos são

distópicos. A sustentabilidade continua como uma utopia?

Não acho que seja possível para qualquer empresa e para qualquer setor empresarial deixar de colocar no modelo de negócio a admissão da sustentabilidade. É uma questão de tempo. Mais rápido ou menos rápido dependendo de haver lideranças que puxem esta agenda de protagonismo. Se você olhar Estocolmo em 72, que foi a grande Conferência, ou a Eco-92, de lá pra cá, olha o peso que os nossos temas ganharam de lá pra cá! Quem de nós imaginaria que o setor financeiro do mundo estaria discutindo risco climático? E discutindo risco climático como uma agenda dos bancos centrais do mundo! Existe razão para otimismo e acho que esta agenda veio para ficar.

O grande desafio que nós enfrentamos é a questão do tempo, não há tempo a perder. E infelizmente temos tido mais uma discussão de conceito do que de implementação. O grande desafio do mundo é a implementação, não só do Brasil.

Precisamos ter capacidade de formular uma agenda inovadora. Algumas coisas estão acontecendo. O MapBiom, por exemplo, é uma coisa muito interessante porque você não precisa do poder público para, digamos assim, realizar relatórios com amparo científico. A gente tem que acelerar isso.

Em relação ao planeta, aí sim, a situação é dramática, porque a realidade suplanta os cenários mais negativos. O que nós pensávamos que aconteceria daqui a xis anos já está acontecendo, e tem muita gente que não acredita na perspectiva de aumento de 2 graus até o fim do século [em relação ao período pré-industrial]. Tudo que o IPCC tem falado, você não vê uma diminuição das emissões do gás de efeito estufa. De certa maneira os padrões de emissão anteriores à pandemia voltaram. Neste sentido, eu acho que estamos do lado da Greta [Thunberg, jovem ativista], de que de fato muito pouco está sendo feito.

Mas a sociedade também não age linearmente. Embora olhando a realidade as mudanças pareçam difíceis, elas podem vir a ocorrer, inclusive no setor empresarial. As empresas são formadas por gente que também tem família e compromissos individuais. E ficar fora da nossa agenda não garante a longevidade do ponto de vista empresarial. Não vejo possibilidade de que esta agenda não penetre pra valer. A questão, como enfatizei, é o tempo. É o relógio contra nós. O importante é que de fato o desempenho de sustentabilidade do setor empresarial seja um dos principais critérios de investimento: premiar corretamente quem age e punir quem não age. Não vejo outro caminho. [vz](#)



Desafios interligados

POR SÉRGIO ADEODATO

A urgência climática – conectada a desmatamento, escassez hídrica, crise energética e inflação – destaca-se no componente ambiental do ESG no País. Empresas e setor financeiro buscam mitigar riscos e aproveitar oportunidades em horizonte curto para não acontecer o pior

"Faltam velocidade e ambição: estamos muito aquém dos investimentos necessários"

Genebra, Suíça, setembro de 2009. O vaivém de funcionários no saguão daquele prédio de vidros verdes em estilo futurista sinaliza o protagonismo que o tema lá trabalhado alcançaria nas primeiras décadas do século. No edifício da World Meteorological Organization (WMO), o oitavo andar é a meca dos alertas científicos em torno do que hoje se configura como os maiores riscos ao planeta. Lá funciona a sede do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), na época já no noticiário pelo tom dos avisos sobre impactos ambientais, sociais e econômicos do aquecimento global que muitos se negavam a acreditar.

Os corredores guardam histórias desse longo caminho de cenários para um desafio que atualmente marca a vida dos negócios, desenhado desde o primeiro relatório científico da instituição, em 1990, como suporte à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, realizada em 1992, no Rio de Janeiro, a Rio-92.

No terraço do prédio, a cafeteria com vista para os jardins da Organização das Nações Unidas (ONU) é propícia às conversas de bastidores e entrevistas inspiradoras para a reportagem *Senhores do tempo* (publicada no *Valor Econômico*), também baseada na 3ª Conferência Mundial sobre o Clima para a qual jornalistas de todo o mundo foram convidados para acesso a dados científicos inéditos, no Centro de Convenções da cidade. Naquele quente fim de verão europeu, o indiano Rajendra Pachauri, então presidente do IPCC, deixara claro: "Não queremos empurrar nada para baixo do tapete". E adverte: "O tempo é curto: adiar a ação só aumenta o problema".

De Genebra, o grupo de jornalistas emite carbono nas viagens de avião e terrestres para conhecer impactos já sentidos no mundo: das montanhas de neve que derretem em Chamonix, na França, ao avanço do Deserto do Saara, no Mali, África. Tudo na expedição

reforça o futuro sombrio das projeções feitas pelos relatórios, em torno do derretimento completo de geleiras no Ártico até 2020 e perda anual de gelo na Antártica igual a seis lagos da Usina de Itaipu. Os impactos do clima para a indústria de seguros já eram estimados em US\$ 41 bilhões anuais na década seguinte.

Manter o carbono em nível seguro de temperatura custaria entre US\$ 500 bilhões e US\$ 1 trilhão por ano. Para isso, o antigo cálculo era de que, anualmente, os países ricos deveriam repassar aos menos desenvolvidos entre US\$ 500 bilhões e US\$ 600 bilhões, acima do que havia sido previsto pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas. Erros ou acertos de projeções à parte, o investimento em informação climática evoluía como caminho para gerir riscos e perceber as oportunidades da mudança do clima.

Passaram-se 12 anos, e agora o mundo se vê diante do sexto relatório de avaliação do IPCC – sigla não mais restrita ao gueto de cientistas e ambientalistas. São mais de 3,5 mil páginas, 50 só de resumo executivo, com conteúdo mais claro e robusto sobre os impactos dos eventos climáticos extremos já em curso no planeta, e um atlas interativo que deixa a informação mais próxima de cada um.

Qual o orçamento de carbono necessário para que os serviços prestados pelo sistema climático não entrem em colapso? Em síntese, como preconiza o Acordo Climático de Paris, se não quisermos ir além de 1,5 grau de aumento da temperatura desde o período pré-industrial, é necessário limitar o carbono a 480 gigatoneladas até 2050. Isso exige zerar as emissões em 12 anos – cenário que deverá mobilizar as negociações na conferência climática de Glasgow, em novembro, para a adoção de novos instrumentos e compromissos capazes de evitar o pior.

A diferença em relação aos demais alertas é que, agora, o mundo das finanças está na corrida contra riscos que adquirem feições sistêmicas e colocam as economias globais

em perigo, com curto horizonte de tempo para reagir. No esteio do movimento de investidores para mudanças no fluxo de capital, o boom ESG (critérios ambientais, sociais e de governança, na sigla em inglês) influencia o contexto da produção e do consumo, e tem no aspecto ambiental a mudança climática e a crise hídrica como principais desafios.

MUDANÇA NO FLUXO DE CAPITAL?

Os riscos ameaçam a retomada econômica no mundo pós-pandemia. "Faltam velocidade e ambição: como sociedade, estamos muito aquém dos investimentos necessários e precisamos de esforço imediato", adverte Laura Albuquerque, gerente de finanças sustentáveis da WayCarbon.

Dos US\$ 2 trilhões a US\$ 4 trilhões por ano estimados para a transição, segundo a Climate Policy Initiative, o patamar está em US\$ 1 trilhão. "Há uma grande lacuna na substituição do modelo tradicional e o atual movimento é tardio", afirma Albuquerque. Ela vê capacidade de reduzir consideravelmente o impacto da mudança do clima, pelo menos para escapar do pior dos cenários, além dos 2 graus de aquecimento. "Já temos os custos financeiros da redução de carbono e precisamos acelerar de modo que os da adaptação aos impactos não se somem de forma imediata", enfatiza.

Em sua análise, é preciso barrar os investimentos em carvão e petróleo e, no Brasil, estancar o desmatamento, permitindo que diferentes setores embarquem de forma mais efetiva no baixo carbono. "Mas temos um abismo completo de visão de política pública", diz.

De acordo com a Global Landscape of Climate Finance Initiative, em 2018 os investimentos em atividades renováveis representaram US\$ 300 bilhões, um terço do destinado ao carvão, óleo, gás e demais cadeias fósseis na energia, que somaram US\$ 900 bilhões. O estudo, realizado a cada dois anos, deverá mostrar novos dados neste ano, sob o efeito da pandemia, dos compromissos → **net zero** e de novas regulações do mercado financeiro. Entre 2015 e 2018, enquanto o investimento fóssil reduziu entre US\$ 100 milhões e US\$ 150 milhões, nas fontes renováveis o crescimento não ocorreu na mesma proporção.

O Network for Greening the Financial System (NGFS) articula bancos centrais do mun-

do para regulações alinhadas à ciência e apoio à transição para o baixo carbono, mas levantamento do [BankTrack](#) mostra que a maioria permanece na contramão. E carrega junto os bancos privados, com o paradoxo que concilia operações fósseis nas carteiras à expansão no lançamento de títulos verdes, conforme dados do [Green Bonds Transparency Platform](#).

Os holofotes diferenciam o joio do trigo, pois instituições financeiras podem utilizar o capital como combustível para incêndios florestais e violações de direitos humanos, ao liberar crédito ou investir em empresas sem exigir o mínimo de critérios socioambientais ou promover engajamento (*leia mais à pág. 29*). Segundo o [Guia dos Bancos Responsáveis](#), instituições financeiras da Holanda, Alemanha e Noruega investem quase R\$ 60 bilhões em empresas que contribuem com desmatamento no Brasil.

Nessa toada, o banco de dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostra que os US\$ 336 bilhões alocados para medidas de recuperação ambientalmente positivas no cenário da pandemia são quase igualados por medidas não verdes, considerando-se iniciativas de valor monetário. Metas de emissões líquidas zero em 2025 estão ganhando terreno no G20, as 20 maiores economias do mundo, mas cerca de 54% do suporte dado por esses países ao setor de energia foram direcionados para combustíveis fósseis, em 2020.

Grandes corporações intensivas em carbono, como as de cimento e siderurgia, investem em mudanças de processos produtivos, mas ainda com baixa escala nas operações próprias e inexpressivo avanço nas cadeias de pequenas e médias empresas, desprovidas de conhecimento técnico e compromissos ambientais. "As transformações dependem do nível de pressão de investidores", observa Albuquerque. Com um detalhe: "Não tem como o setor financeiro atuar se o órgão regulador não fiscalizar e os governos não estiverem alinhados no mesmo objetivo".

MITO DA DESMATERIALIZAÇÃO

Para Ricardo Abramovay, pesquisador sênior do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, o lobby das atividades fósseis – em direção contrária à re-

➡ A neutralidade de carbono significa a obtenção de emissões líquidas igual a zero

A Amazônia pode perder um quarto da floresta, com alteração drástica no celeiro do agronegócio

dução de emissões – tem um agravante adicional: “Está conseguindo inserir no Plano Biden tecnologias de captura de carbono de eficiência não comprovada, como feitiços que se voltam contra o feiticeiro”.

O professor lembra sobre o risco “tecnofatalista”, mencionado por Elizabeth Kolbert no livro *A Sexta Extinção*. E reforça que “vivemos no mundo que produz a ilusão da economia desmaterializada, mas apesar das lições da pandemia e da explosão do comércio online, o uso de materiais [com impactos ao planeta e ao clima] não está sendo reduzido”.

Segundo o [International Resource Panel](#), ligado à ONU, em 20 anos a produção de materiais (aço, ferro, cimento, plástico e madeira) aumentou de 15% para 23% a participação nos gases estufa do planeta. Dois terços dos materiais são usados para produzir bens de capital, como estradas, edifícios e máquinas, enquanto o restante se destina a bens de consumo, como geladeiras e veículos.

O estudo aponta que as emissões de materiais de edifícios residenciais nos países ricos do G7 e China poderiam ser reduzidas em pelo menos 80% em 2050, por meio do uso mais intensivo, design com menos materiais, mais reciclagem de materiais de construção e outras estratégias. Reduções significativas, de até 70% nos países desenvolvidos, também poderiam ser alcançadas na produção, no uso e descarte de automóveis – em especial, por meio de caronas e compartilhamento de carros.

Segundo Abramovay, 60% das emissões de carbono provêm da instalação e operação de infraestrutura, e o mundo vai investir US\$ 94 trilhões no setor até 2030, com alto impacto no orçamento climático. Em 2021, cada tonelada de cimento é produzida com emissões 18% menores do que três décadas antes, conforme trabalho do [Carbon Brief](#). Neste período, porém, a demanda de cimento no mundo triplicou. E apesar dos avanços tecnológicos do setor, suas emissões continuam subindo.

“Qual deve ser o nível de mudança da mi-

neração, siderurgia e produção de cimento para dar suporte aos padrões de consumo?”, pergunta o analista, com o alerta de que “a infraestrutura de hoje determina a mudança climática do amanhã”.

Em sua visão, o esforço climático está muito longe do necessário, por mais que haja compromisso para aumento de eficiência no uso de materiais. “Não vemos atitudes disruptivas”, aponta Abramovay. Ele observa sinais positivos neste sentido, como na mobilidade elétrica, que por sua vez depende de geração descentralizada e minerais para baterias. De igual forma, buscam-se mudanças na matriz de refrigeração e aquecimento. “Há empenho de governos e movimentos como o New Green Deal, mas é difícil uma transição desse tamanho, em prazo tão curto, entrar no horizonte de gestão das empresas”, ressalta o professor.

“A urgência da mudança climática não permite que o tema permaneça encarado como fator externo à vida econômica, mas como cerne da gestão pública e privada. Se não formos capazes de fazer escolhas orientadas pelas mensagens que o IPCC está transmitindo, o resultado é que simplesmente não haverá futuro”, analisa Abramovay, em recente [artigo](#).

Em cenário assustador, a queima de combustível fóssil é a maior vilã: somente petróleo e gás correspondem a 42% de tudo que a economia global emite, e a lógica colocaria aí as principais estratégias de mitigação. Mas qual o esforço do setor para impedir a destruição do sistema climático? Praticamente zero, responde estudo da [Agência Internacional de Energia](#) indicando que mais de 99% dos investimentos das empresas de petróleo e gás são feitos em fontes sujas que elas já oferecem no mercado, com tendência de expandir produção.

CUSTOS DO NÃO RETORNO

De acordo com relatório da Oxfam, a mudança climática terá mais impacto na economia global do que a Covid-19. Nos países ricos, será duas vezes maior, se os governos não

FOTO: ELEMENTS



frearem o aumento das emissões de gases de efeito estufa, com risco de perder 8,5% do Produto Interno Bruto (PIB) por ano, em média, até 2050 – algo equivalente a US\$ 4,8 trilhões.

Em paralelo, análise da consultoria global McKinsey em determinados países encontrou o potencial de impacto socioeconômico de cerca de duas a 20 vezes até 2050, em relação aos níveis atuais. O estudo explica que os sistemas econômicos e financeiros foram projetados e otimizados para um certo nível de risco e que os perigos crescentes podem tornar esses sistemas vulneráveis, quando atingem limites sistêmicos.

Ascendeias de suprimentos, por exemplo, são frequentemente projetadas para eficiência em vez de resiliência, concentrando a produção em certos locais e mantendo baixos níveis de estoque, aponta a análise. A produção de alimentos também está fortemente concentrada; apenas cinco regiões do mundo respondem por cerca de 60% da produção global de grãos. Segundo os pesquisadores, os riscos climáticos podem, portanto, colapsar o sistema se os principais centros de produção forem afetados.

Além disso, os custos econômicos de não agir serão maiores do que se imaginava, de-

vido aos pontos de não retorno climáticos – quando as temperaturas superam limites críticos, levando a impactos acelerados e irreversíveis. O alerta é de estudo da London School of Economics, da University of Delaware e da New York University, indicando aumento de até 25% do prejuízo financeiro com os impactos, em comparação com projeções anteriores. Na Amazônia, o quadro levaria à perda de um quarto da floresta tropical, o que alteraria drasticamente o regime de chuvas na América do Sul – e, principalmente, no Centro-Sul do País, celeiro do agronegócio.

Em cenários menos conservadores, a pesquisa indica 10% de chance de os custos dobrarem, e as perdas ocorreriam em quase todos os lugares do mundo, incluindo estimativas sobre danos climáticos pela elevação do nível do mar em 180 países, degelo e alterações na circulação atmosférica. De acordo com o estudo, oito pontos de inflexão até hoje modelados na economia do clima afetam as temperaturas ou o nível do mar de diversas maneiras.

Um desastre relacionado ao clima ou à água ocorreu todos os dias, em média, nos últimos 50 anos, com perdas de US\$ 202 milhões diários, de acordo com novo relatório da

É melhor desinvestir na empresa intensiva em carbono ou atuar com ela para reduzir emissões?

Organização Meteorológica Mundial (OMM). O número de ocorrências aumentou cinco vezes em cinco décadas, devido a condições climáticas extremas, e graças à gestão de alertas precoces as mortes diminuíram quase três vezes. Segundo o [Atlas de Mortalidade e Perdas Econômicas da WMO](#), entre 1970 e 2019 houve mais de 11 mil desastres, com pouco mais de 2 milhões de mortes (91% dos países em desenvolvimento) e US\$ 3,64 trilhões em prejuízos.

Estudo realizado em 48 países em desenvolvimento indica que 25% dos danos advindos de desastres naturais ocorridos entre 2003 e 2013 recaíram sobre a agropecuária, causando prejuízos de US\$ 70 bilhões. Estima-se que 44% dessas perdas foram causadas por secas e 39% por enchentes.

No Brasil, os danos causados pelo clima à economia foram de R\$ 168,2 bilhões, entre 2010 e 2019, segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). Cerca de 46 milhões de pessoas foram afetadas por chuvas intensas e alagamentos, com perdas de R\$ 30,7 bilhões. E as secas causaram impacto ainda maior: 212 milhões de habitantes e estrago econômico de R\$ 132,7 bilhões. Na agricultura brasileira, análises da Embrapa evidenciam perda anual próxima de R\$ 11 bilhões (1% do PIB agrícola), devida a eventos extremos. E a tendência é de aumento, em função do baixo nível de mitigação das emissões de carbono em nível global.

REAÇÃO TÍMIDA

Cresce o número de investidores procurando empresas mais maduras na questão climática, porém sem o desapego dos investimentos em setores intensivos em carbono pela expectativa de retorno de curto prazo. Na visão de Laís Cesar, gerente de mercado de capitais do CDP, organização que processa dados ambientais de empresas e governos na análise de risco para a decisão de investimentos, “a busca de informações tem sido mais criteriosa, porém em apenas 25% dos relatos que recebemos os investidores fazem análise das emissões [de carbono] financiadas”.

Isso significa que apenas uma pequena parte sabe ao certo quanto o seu capital contribui para o carbono das atividades produtivas apoiadas com finalidade de retorno financeiro. Essas emissões externas, incluindo as cadeias de fornecedores, são cerca de 700 vezes superiores ao impacto operacional interno das empresas, segundo estimativa da gerente.

Segundo ela, a grande discussão do momento é sobre qual é a melhor estratégia: desinvestir na empresa intensiva em carbono ou atuar junto com ela para construir metas e reduzir emissões. “Se houver um plano, com compromissos e perspectiva de maior valor agregado no futuro, a opção do investidor é agir de forma mais próxima com a empresa”, afirma. Em alguns casos, a interferência se dá pelo engajamento corporativo, por meio do direito de voto nas assembleias, como no recente caso da petroleira Shell, em que os acionistas votaram contra novos investimentos intensivos em carbono e solicitaram um plano de transição, conta.

Setores como tabaco e armas, segundo ela, já estão sendo retirados das carteiras por não terem perfil ESG, mesmo que apresentem plano de baixo carbono. No total, 49% das instituições financeiras que reportaram dados ao CDP e conhecem as emissões financiadas têm planos de reduzi-las – a exemplo da CalPERS, fundo de pensão de funcionários públicos da Califórnia, que tem portfólio de US\$ 392,5 bilhões, investe cerca de US\$ 43,6 bilhões em empresas e projetos da região e elabora metas anuais para zerar emissões até 2050. Há, porém, fundos de pensão que caminham na direção contrária e alimentam a destruição da Amazônia em nome da aposentadoria de médicos e professores estrangeiros, como [neste levantamento da Forests & Finance](#).

No Brasil, o barulho aumenta. “É como uma avalanche, e estamos no meio dela”, compara Viviane Torinelli, pesquisadora da Universidade Federal da Bahia e integrante da Brasfi, rede de pesquisa em finanças sustentáveis com 60 membros. Como um efeito-dominó, a

mudança climática está associada à crise hídrica, que por sua vez afeta a geração de energia, a produção de commodities agrícolas e a inflação, demonstrando as conexões com o desenvolvimento econômico e os desafios sociais. “A emergência da transição tem chacoalhado a indústria de óleo e gás, com tendência de desvalorização de ações no mercado sob o risco de exposição sistêmica da economia a impactos climáticos”, afirma Torinelli.

Ela lembra que agências internacionais de *rating* começam a adotar novas lógicas de impacto econômico, levando em conta fatores como desmatamento, o que produz potenciais efeitos negativos para o valor de frigoríficos brasileiros, com efeito cascata no mercado. De acordo com Torinelli, globalmente, o apelo ESG movimenta também a cooperação bilateral para acesso a crédito e mercados com diferencial competitivo, antecipando-se a exigências regulatórias com aumento de custos.

Em sua análise, o ritmo mais rápido virá principalmente de dois lados: da remuneração de executivos com olhar de futuro e não de resultados em cinco anos como no modelo tradicional de negócios; e do esforço regulatório sobre o fluxo de capital, com a definição de como será controlado e reportado (*leia mais sobre governança à pág. 40*).

“Os bancos têm o desafio de enxergar diferente o que antes era feito apenas por *compliance*, cultivando a percepção da relevância do tema ambiental e social como **→ materialidade** financeira para a tomada de decisões de médio prazo, quando já vemos os impactos acontecerem no curto prazo”, aponta a pesquisadora.

Embora em dimensão desproporcional à emergência climática, as finanças verdes deixam de ser um nicho e começam a se tornar dominantes por trás da transição energética global. De acordo com o Global Sustainable Review, os ativos de investimentos sustentáveis subiram de US\$ 22,8 trilhões, em 2016, para US\$ 30,6 trilhões, em 2018. Em 2020, atingiram US\$ 35,3 trilhões, totalizando 35,9% do total de investimentos no mundo.

ORÇAMENTO APERTADO

O planeta conseguirá gastar o que pode de carbono até 2050? Com quais consequências? “Precisamos de uma curva exponencial de re-

dução, pelo menos para não superar o limite de segurança dos 2 graus de aumento, e quem não abraçar o objetivo agora pode não alcançar depois, porque as tecnologias serão caras”, destaca Johannes van de Ven, diretor-executivo da Good Energies, na Suíça.

Pelas suas contas, para o planeta ficar abaixo de 1,5 grau de aquecimento, o orçamento de carbono se esgotará em sete anos, caso os atuais níveis de emissão (40 bilhões de toneladas ao ano) se mantenham. Diante do quadro, é crescente a pressão internacional por uma virada de chave: três quartos da população mundial defendem maior poder da ONU para acelerar a mitigação, com a instalação de uma espécie de Conselho de Segurança Climática. Além disso, monitorar riscos climáticos é uma agenda já permanente em mercados como o europeu, e as consequências recaem nas empresas globais.

A Comissão Europeia, por exemplo, propõe implantar o [Carbon Border Adjustment Mechanism](#): a taxa que penalizará quem importar carbono embutido em produtos oriundos de países com regras ambientais frouxas – a começar pelo ferro e aço, cimento, fertilizante, alumínio e geração da eletricidade. Projetada em conformidade com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), a medida é vista como estratégica para a Europa atingir a meta de reduzir 55% das emissões, comparáveis a 1990, e tornar-se um continente neutro para o clima até 2050. Outras regiões, como o estado da Califórnia (EUA), Canadá e Japão, planejam iniciativas semelhantes.

Segundo Ven, no ferrolho das regulações que estão por vir globalmente existe o debate no sentido de que os *reports* de sustentabilidade se tornem obrigatórios, como ocorre no mundo da contabilidade financeira, apresentando desempenho ambiental e balanço de metas climáticas auditáveis, baseadas em padrões únicos globais.

Mais de 1,7 mil empresas já aderiram ao sistema da Science Based Targets initiative (**SBTi**), em que submetem metas climáticas à avaliação e aprovação, para alinhamento ao Acordo de Paris, no horizonte das emissões líquidas zero. E agora, de acordo com Ven, países europeus cogitam exigir o selo como condição para empresas constarem nos índices das bolsas de valores.

Relevância dos diferentes fatores ambientais, sociais e de governança (ESG) para determinada empresa ou setor, o que pode ser medido pelo ganho ou perda financeira que o fator provoca, ou pelo impacto social ou ambiental gerado

Segundo analistas, há um desencontro de visões sobre o que poderia ser considerado "verde"

“Há, ainda, a tendência de o modelo ser aplicado também no tema da biodiversidade, do uso da terra e de recursos hídricos, o que seria muito importante para o Brasil monetizar a floresta como sumidouro de carbono, com maior suporte e segurança para investimentos”, aponta o analista.

Segundo ele, o desafio imposto à fonte solar há 20 anos se repete agora, por exemplo, com o carbono florestal: “um ativo valioso que está inspirando a estruturação de fundos verdes nos vários continentes”, na lógica de reduzir gases estufa e, também, removê-los da atmosfera, conservando floresta e recuperando ambientes degradados.

Ele enfatiza que, “para o imaginário do mundo, a Amazônia é muito mais que Brasil”, e assim deve ser remunerada. “Um hectare de floresta primária valerá mais do que a mesma área de soja para alimentar porcos na China”, prevê.

RISCOS PARA SEGURADORAS

“ESG é um sinal, não um barulho: pelo bem ou pelo mal, a mudança climática já mexe com preços de mercadorias e ativos; as regulações de governos seguem acelerando e o mercado financeiro se movimenta para não ficar com ativos sem valor na mão”, analisa Ven. Diante dos riscos climáticos, os preços das apólices de seguro estão cada vez mais altos, e a tendência é excluir dos portfólios atividades intensivas em carbono. “Das perdas de US\$ 82 bilhões com inundações em 2019 no mundo, apenas US\$ 13 bilhões estavam segurados”, afirma.

Os mercados financeiros podem antecipar o reconhecimento de risco nas regiões afetadas, com influência na realocação de capital. A multinacional SwissRe estima aumento de 30% de sinistros para as resseguradoras. Como forma de conscientizar agentes e influenciar clientes a reduzir risco climático, a companhia colocou o carbono no custo das operações internas, no valor inicial de US\$ 100 por tonelada de CO₂ para cada funcionário. “Não basta comprar apólice contra desastres; é preciso reduzir

emissões e regenerar o planeta”, adverte Ven. No Brasil, a Superintendência de Seguros Privados (Susep) prevê critérios socioambientais no [plano de regulação](#) de 2021.

Caso as emissões de gases de efeito estufa sigam em elevação nas atuais taxas, a temperatura do planeta poderá aumentar 5,4 graus até 2100, e ninguém estará imune aos graves impactos econômicos e sociais, segundo o IPCC. “O susto será nosso caminho: estamos aprendendo sobre mudança climática já olhando para as catástrofes”, lamenta Celso Lemme, professor da Coppead, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. “É urgente começar de alguma forma e ir ajustando; o que não podemos é nos acomodar na inércia”, afirma.

No cenário em que o desembarque de capital para o baixo carbono tem sido muito inferior ao necessário, “a boa notícia é que há muito espaço de oportunidades para evoluir”. Para Lemme, falta consciência da emergência e o ESG ainda se apresenta muito modesto como estratégia de investimento, no Brasil. Mas há sinais de avanços no mercado financeiro, como o anúncio da nova linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no total de R\$ 1 bilhão. O valor se destina ao fomento de empresas que se comprometam a melhorar indicadores de sustentabilidade nos setores de reflorestamento, equipamentos para a cadeia de energia renovável e eficiência energética, mineração e siderurgia, com redução de juros.

“A iniciativa poderá ter efeito indutor para disseminar práticas em segmentos estratégicos da economia”, prevê Lemme. No entanto, ele ressalva: “Criar o instrumento é um ponto; operacionalizá-lo, é outro”. A reportagem da PÁGINA22 procurou o banco para saber as metas, as expectativas de resultados e o potencial de mudanças no fluxo de capital ainda revertido para setores intensivos em carbono, mas não obteve resposta.

CRESCIMENTO NA BOLSA DE VALORES

Em setembro, o BNDES obteve *rating* ESG

FOTO: MARKUS SPISKE/UNSPLASH



entre os 2% das companhias mais bem avaliadas pela agência Vigeo Eiris, controlada pela Moody's. No entanto, a análise sugeriu melhorias, ao ressaltar que o banco não monitora as emissões de carbono da sua carteira de crédito, além de não ter indicadores de performance e metas socioambientais.

Na visão de Lemme, o atual momento não é de apenas buscar caminhos, mas fomentar, melhorar as escolhas. “Antes, as questões ambientais eram vistas como fatores que desviavam o foco financeiro, no conceito do dever fiduciário, alinhado aos princípios dos donos do capital. Mas agora há uma nova lógica que influencia regulação e comportamento do mercado e dos preços”, explica o pesquisador.

Não à toa, o mercado de *green bonds* está superaquecido. Em 2015, havia apenas um título verde rotulado no Brasil, no valor de US\$ 549 milhões. Em 2021, são 73 operações, no total de US\$ 11 bilhões, e o que começou no setor de energias renováveis, agora abrange projetos no agronegócio e florestas. A reboque replicam variantes como o *sustainability-linked bond*, com uso do capital vinculado a metas de desempenho na área ambiental, social e de governança. Já os *diaspora bonds* per-

mitem países em desenvolvimento obterem ajuda de expatriados em nações ricas.

Cresce a percepção sobre conexões entre sustentabilidade e produtividade, perenidade do negócio e ganho de imagem, com reflexo na remuneração de capital. Em 2020, foram criados 85 fundos rotulados como sustentáveis no Brasil, contra apenas seis no ano anterior, segundo a Morningstar. Segundo dados divulgados recentemente por Fabio Zenaro, diretor de novos negócios da B3, no Congresso da Associação Brasileira do Agronegócio, existem 39 empresas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), em reformulação para adotar novos critérios. Além disso, há 62 ações de 58 companhias no Índice de Carbono Eficiente (ICO2), sem falar de 24 debêntures e outros títulos ligados ao tema.

No entanto, analistas identificam universos paralelos entre atores que promovem investimentos verdes, com desencontro de visões sobre o que poderia ser considerado *green*. É o caso do polêmico projeto da Ferrogrão, defendido pelas empresas do agro e contemplado pela Climate Bonds Initiative como um potencial emissor de títulos verdes, mas que está sendo questionado pelo Tribunal de

"A participação política não é algo menor para construir o mundo que a gente quer"

Contas da União, e também no Supremo Tribunal Federal, com diversas manifestações contrárias apresentadas pela academia, por advogados, organizações da sociedade civil e pelo movimento indígena.

PRECIFICAÇÃO DO CARBONO

Colocar preço no carbono é uma forma de incentivo à mitigação e punição para quem não se mexe. Existem 61 iniciativas globais de regulação neste sentido, cobrindo 22% das emissões globais, conforme [levantamento](#) internacional. Apesar da evolução lá fora e das tratativas entre setor privado e governo federal, o Brasil tem caminhado devagar na discussão do marco regulatório de carbono, com expectativa de aprovação no Congresso Nacional antes da COP 26, a ser realizada no começo de novembro, após a busca de consenso entre indústria pesada e setores mais progressistas.

Neste ano, o Brasil foi excluído do Program for Market Implementation, do Banco Mundial, pela falta de avanços consistentes no tema. Desta forma, o País não terá cooperação para desenhar a política de regulação, ficando atrás de Colômbia, México e Chile. “Não basta um governo dizer que é pró-mercado de carbono ou outros genéricos. Precisa mostrar interesse, disposição e ação verdadeira quanto a regular emissões em sistema de preços”, afirma Natalie Unterstell, presidente do Talamoa – Instituto Internacional de Políticas Públicas. “Não temos política pública para a questão climática; o único que existe é um declarado apoio ao mercado voluntário de carbono, que não resolve o problema, e nem é tema da COP 26”, completa.

Unterstell lembra que o governo brasileiro está dedicado a criar um enorme estande na conferência do clima como sinal de comprometimento, mas de objetivo levará um plano de implementação da indústria brasileira, embora conter o desmatamento seja o cerne dos compromissos nacionais [a Intended Nationally Determined Contributions (INDC)] no Acordo de Paris. “A política climática está

restrita a um pavilhão de exposição”, diz.

Segundo ela, a Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (TCFD), criada pelo Conselho de Estabilidade Financeira Internacional, tem pedido a des-carbonização real da economia. “Estamos atrasados e o mercado financeiro não é capaz de agir sozinho sem políticas públicas contra a grilagem e o desmate”, enfatiza Unterstell. Ela lembra o combo de projetos legislativos que estão para ser votados com mais retrocessos no Congresso Nacional: “Estamos no limiar de pactuar de vez com a continuidade dos problemas e será difícil reverter lá na frente”.

Gustavo Pimentel, diretor da Sitawi, concorda: “O que falta neste momento é senso de urgência aos tomadores de decisão no âmbito político; a tolerância do setor privado e da sociedade civil ao não posicionamento diminuiu”. Em recente seminário sobre o tema, ele reforça que a linha dessa relação historicamente conservadora mudou e que todos precisam se adaptar porque há pressão por todo lado. “Precisamos falar mais em como votar, porque a participação política não é algo menor para construir o mundo que a gente quer”, afirma.

Para Leonardo Letelier, fundador e CEO da organização, o setor privado pode e deve fazer muito, porém precisa ser mais verdadeiro. “Não adianta mudar a tipografia da fonte para verde e já se dizer que é sustentável”, diz. Ele pergunta se apenas o investimento de capital com expectativa de retorno trará os benefícios ambientais e sociais necessários: “O ESG vai mudar o mundo? Sairemos do nicho ou criaremos uma bolha de expectativas?”.

BIODIVERSIDADE NA AGENDA

Na interface com o clima, a biodiversidade é ponto de atenção na agenda brasileira de ESG. De acordo com o WWF, o planeta está perdendo espécies entre 1 mil e 10 mil vezes acima da taxa de extinção natural. “Os riscos ao capital natural são muito graves para a espécie humana, em várias dimensões”, adverte Luciane Moessa, à frente da consultoria

Soluções Inclusivas Sustentáveis (SIS).

O problema coloca em xeque não só o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida, mas o patrimônio genético e a disponibilidade de recursos naturais e matérias-primas aos setores econômicos, com reflexos nos resultados financeiros. Estudo do Fórum Econômico Mundial aponta que o mundo investe 10 vezes menos do que o necessário para compensar impactos e recuperar minimamente o planeta. As soluções, com efeitos paralelos no abrandamento da crise climática, custariam 0,13% do PIB global – em três décadas, seriam US\$ 8,1 trilhões à agricultura regenerativa, à recuperação de florestas, ao controle da poluição e à conservação de áreas protegidas.

Para analistas, os recursos viriam do capital hoje empregado no uso insustentável do planeta, mas esse deslocamento não é simples. “O desinvestimento é uma tática, porém não é a mais eficaz, porque tira o indesejável do portfólio, mas há quem compre, e assim o problema só troca de lugar. A melhor estratégia é do engajamento para que empresas mudem a gestão em maior escala”, avalia Moessa.

Ela integra a Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Associadas à Biodiversidade, que agora está construindo as bases para os relatos desses riscos até 2023, permitindo que instituições financeiras e empresas gerenciem impactos das carteiras para mudanças no fluxo de capital, com resultados positivos para a natureza. No Brasil, gestores de fundos e organizações como o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds) e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) estão engajados na agenda, voltada a entender a correlação de riscos entre biodiversidade e operações de setores como mineração e papel e celulose.

O cenário político no País eleva a régua do problema, porque o mercado financeiro fica refém da falta de fiscalização ambiental, de acordo com Moessa. Há baixa transparência e faltam bases de dados públicos nos estados. Sem governo, há esforços de boas práticas nas empresas. “Mas estamos distantes. Isso é pior do que enxugar gelo, porque não é ficar no mesmo lugar, mas retroceder”, lamenta.

O desmatamento na Amazônia cresceu 57% entre agosto de 2020 e julho de 2021. Foram 10,4 mil quilômetros quadrados, território

seis vezes maior do que a cidade de São Paulo. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), neste ano, até 13 de setembro, ocorreram mais de 107 mil focos de [queimadas](#) no País, quase metade no bioma amazônico, que pode estar à beira da destruição funcional, conforme recorrentes alertas da ciência.

VILÕES BRASILEIROS

Enquanto no mundo o consumo de energia (transporte, eletricidade e geração de calor) é de longe a maior fonte de emissões de gases de efeito estufa, responsável por 73% do total, no Brasil o principal fator está na mudança de uso da terra e florestas, com 44% do que é emitido no País – o que sinaliza o caminho das prioridades na agenda ESG, passando necessariamente pela Amazônia.

“Há necessidade urgente de um novo modelo econômico, combinando conhecimento tradicional ao científico, com restauração de floresta e remoção de carbono, em benefício das populações locais”, afirma o climatologista Carlos Nobre, do Instituto de Estudos Avançados da USP. “Para salvar a Amazônia, precisamos em curtíssimo prazo zerar o desmatamento, que já atingiu 1 milhão de quilômetros quadrados, e a degradação, em curtíssimo prazo”, reforça.

Em quase 50% da Bacia Amazônica, os períodos de secas estão mais longos, e recentes estudos científicos apontam que, em algumas áreas, a floresta está passando de sumidouro para emissora de carbono. “Podemos estar muito próximos do ponto irreversível”, diz o cientista.

[Pesquisas](#) indicam que o desmatamento não traz aumento de renda. Ao contrário, destrói o patrimônio essencial ao desenvolvimento de uma bioeconomia e alimenta atividades ilegais e impactos sociais, ligados ao crime organizado. Entre agosto de 2018 e julho de 2019, 38% da exploração madeireira no Pará não foi autorizada.

Além disso, os garimpos – e seus impactos socioambientais – já representam quase dois terços das atividades de mineração na Amazônia, segundo estudo do MapBiomass. [Estudo do Instituto Escolhas](#) lançado em agosto mostra que, em 2020, o Brasil exportou 111 toneladas de ouro, 19 delas sem registro de origem ou autorizações.

IMPACTOS NO AGRONEGÓCIO

No Brasil, as áreas agrícolas cresceram três vezes entre 1985 e 2020. As de pastagem, 39%. No mesmo período, o País perdeu 82 milhões de vegetação nativa, igual a 3,5 vezes o tamanho do estado de São Paulo. E os efeitos na mudança climática chegaram a níveis críticos. “Desde 2016 as emissões brasileiras triplicaram e nada aconteceu para resolver, apesar dos relatórios do IPCC. O tempo está ficando cada vez mais curto e é inacreditável em 2021 existirem céticos divulgando falácias. O País está vulnerável e não somos ouvidos”, ressalta Eduardo Assad, pesquisador da Embrapa que acompanha as modelagens de impactos climáticos na agropecuária desde 2004.

Já ocorrem mudanças na distribuição de temperatura e chuvas: “Setores produtivos como o de café e laranja estão muito preocupados e buscando soluções”, revela Assad, em recente debate na Fundação Getúlio Vargas. No veranico de 2018-2019, as perdas na soja foram de R\$ 15 bilhões no Paraná e Rio Grande do Sul. No atual momento, em 2021, devido a fatores climáticos, a produtividade do milho caiu 25,7%.

Além de emitir gases de efeito estufa, a agropecuária é altamente sensível à mudança climática, o que exige não só estancar o desmatamento, como implantar novos cultivos, genes e sistemas produtivos, como a Integração Lavoura, Pecuária e Floresta (ILPF), para amenizar danos e suprir a demanda de matérias-primas e alimentos no mundo. Uma estratégia é intensificar a produção por meio da restauração de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas e pelo incremento de 5 milhões de hectares de sistemas de ILPF até 2030, em linha com o [Plano ABC](#) (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono).

No agronegócio, responsável por 25% do PIB brasileiro, há também o desafio de maior rastreabilidade das cadeias produtivas, em especial da carne, inclusive como critério para liberação de crédito pelos bancos que buscam metas ESG em suas carteiras (*mais à pág. 30*).

SIDERURGIA EM XEQUE

Devido ao desmatamento, o “risco Brasil” mancha a imagem de setores econômicos com potencial prejuízo no comércio internacional, em especial das [principais indústrias](#) emis-

soras de gases estufa: mineral, cimento, aço e papel e celulose, que alega capturar carbono pelas árvores e reivindica benefícios por isso.

A siderurgia figura entre as atividades que mais precisam reduzir pegada climática: cada tonelada de aço produzida em 2018 emitiu em média 1,85 toneladas de dióxido de carbono, o que equivale a cerca de 8% das emissões globais. Na incapacidade de reduzi-las, as empresas do setor podem perder 14% do valor, segundo análise da McKinsey. O risco levou uma rede global com mais de 250 investidores e US\$ 30 trilhões em ativos sob gestão a olhar com maior atenção para o que faz a indústria siderúrgica em face da mudança climática.

Globalmente, o setor está longe de cortar 91% nas emissões até 2050 para atingir o *net zero*, conforme prevê a AIE. No Brasil, o [aço](#) – altamente dependente do carvão mineral – representa a maior emissão de gases de efeito estufa do segmento industrial, com 43% do total, acima do cimento (20%). São 61 milhões de toneladas de carbono por ano, inferiores à média global, havendo pouco espaço tecnológico para maior redução, segundo análise do Instituto Aço Brasil, que iniciou a busca de soluções e a estruturação de governança climática. Substituição de fontes fósseis, uso de resíduos e eficiência energética são caminhos às vezes dificultados pela falta de políticas públicas.

Uma rara iniciativa, o Programa para Uso Sustentável do Carvão Mineral Nacional, anunciado neste ano pelo governo federal, causou polêmica. Um manifesto assinado por nove ONGs brasileiras criticou o plano de ir na contramão da ciência e dos esforços globais em favor da redução do uso dos combustíveis fósseis. E classificou o dito “carvão mineral sustentável” como “a nova cloroquina do setor elétrico”, destinada a perpetuar-se na matriz energética de modo antieconômico, com impactos sociais aos trabalhadores.

TECNOLOGIAS PARA PREVENIR

Nas atividades econômicas associadas às mudanças do uso da terra, há o desafio de tropicalização de métricas para suporte a ações de governo e análise de riscos ESG por empresas e mercado financeiro, no contexto da realidade brasileira. Na transformação digital, a inteligência artificial integrada a imagens de satélite escancarou os impactos à natureza, sem que

hoje seja possível escondê-los. E agora uma novidade chega aos sistemas que monitoram a Amazônia: a PrevisIA, plataforma de dados que tem o diferencial de não olhar apenas para trás, mas de prever riscos futuros de desmatamento, no horizonte de 12 meses.

“O pulo do gato é entender o que poderá acontecer no curto prazo, em função de diversas variáveis, como PIB, população, uso da terra, distância para estradas e existência de áreas protegidas”, explica Carlos Souza, pesquisador do Imazon.

A vantagem do novo paradigma é prevenir

o desmatamento antes que ocorra, de modo a agir antecipadamente no controle e planejar investimentos privados sem riscos de financiar a destruição. “Ao evitar a derrubada de floresta, o sistema dá segurança a operações com crédito de carbono, gerando recursos para a região”, acrescenta Souza. Em 2020, o mercado voluntário de carbono movimentou globalmente US\$ 600 milhões, com previsão de crescer 30% neste ano, no rastro das pressões por neutralização de gases de efeito estufa.

Com cerca de R\$ 1 milhão do Fundo Vale, Microsoft e outros parceiros, a plataforma

BRASIL DE CONTA-GOTAS – fatores e consequências da crise hídrica

A realidade ambiental brasileira do ESG é marcada pela íntima relação entre desmatamento, mudança climática e crise hídrica, que neste ano secou os reservatórios de hidrelétricas e obrigou o acionamento das usinas a óleo e gás. O resultado: mais carbono na atmosfera e conta de energia elétrica mais cara. Não só. A escassez de chuvas, associada à mudança climática global, trouxe novamente o fantasma dos apagões e do racionamento de água nas cidades – e se replicou na inflação dos alimentos, prejudicando principalmente as camadas mais pobres da população.

Há térmicas operando de modo contínuo com custo de R\$ 1.520 por megawatts-hora, extremamente alto se comparado com os R\$ 100 por megawatt-hora que uma eólica ou solar fornece.

O cenário tem raízes na derrubada de árvores. Recente pesquisa do MapBiomas indica que a dinâmica de uso da terra baseada na conversão da floresta para pecuária e agricultura e a construção de represas contribuem para a diminuição do fluxo hídrico. Com base em imagens de satélite, os dados indicam uma perda de superfície de água de 15,7% entre 1985 e 2020, no Brasil.

Há 91 anos não se viam níveis tão baixos de água nos reservatórios do País como agora, e especialistas afirmam que essas mudanças podem afetar o transporte de commodities e o suprimento de outras nações, já que o Brasil é o maior exportador de grãos de soja, café e açúcar, e o segundo maior fornecedor de aço e milho. Segundo analistas, caso se confirmem as previsões de falta de chuva no período de outubro a abril, a inflação medida pelo IPCA deve ficar próxima aos 8% neste ano e no próximo. E o PIB nacional pode ter uma perda de até dois pontos percentuais em 2022, ficando na estagnação.

O quadro preocupa nove em cada dez empresários brasileiros, segundo levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) com base em quase 600 consultas. Os riscos se acumulam no tempo e poderão se intensificar em função do agravamento da mudança climática, conforme os alertas da ciência. Relatório da Agência Nacional de Águas (ANA) revela que, ao longo de 13 anos, as ocorrências de secas cresceram 409% no País. Na que ocorreu em 2013-2015 e atingiu fortemente o Sudeste, os preços da energia subiram e as indústrias diminuíram a produção por falta de abastecimento. O aumento de custos prejudicou a competitividade e a queda da economia foi quase quatro vezes maior do que a projetada antes da crise hídrica para 2015.

Naquele ano, o mundo perdeu US\$ 2,5 bilhões devido à escassez de água, conforme dados do CDP. O estudo colheu informações de 405 companhias de capital aberto listadas em bolsas de vários países: quase dois terços (65%) relataram que estão expostas a risco hídrico. No caso da multinacional francesa Engie, do setor elétrico, que teve redução das receitas em 2014 devido à falta de chuvas no Brasil, o impacto financeiro foi de US\$ 223 milhões.

"O que vai acordar o Brasil pode não ser a mudança do clima, mas a crise hídrica e seus prejuízos financeiros imediatos"

está sendo testada pelo Ministério Público do Pará, na região de Altamira (PA), com planos de aplicação visando a eficiência de embargos e o suporte de compromissos empresariais *net zero*, como na cadeia da pecuária.

"É possível identificar zonas livres de desmatamento e saber onde comprar sem favorecer impactos", observa o pesquisador, na esperança de que um dia os laudos técnicos para controle ambiental sejam emitidos automaticamente, com rapidez e segurança, igual como nas multas de trânsito. "Já estamos tecnicamente prontos", diz Souza.

Na visão do pesquisador, a maior frequência e intensidade de crises devido à mudança climática obrigará a predição de riscos, com transparência e efetividade, para saber onde se deve colocar o dinheiro, inclusive como forma de incentivo para quem faz o certo, por meio de iniciativas como o Pagamento por Serviços Ambientais, que recompensa a manutenção de floresta para oferta de água. "O que vai acordar o Brasil pode não ser a mudança do clima, mas a crise hídrica e seus prejuízos financeiros imediatos", prevê o pesquisador.

"É um momento importante na agenda de investimentos, agora liderada por quem era patinho feio da sala, redirecionando recursos para temáticas importantes para a humanidade", ilustra Gilberto Ribeiro, sócio da Vox Capital. No entanto, argumenta ele, "sem uma reforma ampla no modelo econômico, não iremos para frente".

A questão ambiental, centrada na crise climática, junta-se ao desafio da desigualdade com a concentração de renda. "A pandemia foi um choque de realidade para entender que o mundo está mais conectado do que achávamos e o senso de urgência do clima deve ser o mesmo, apesar do negacionismo que tangencia ambos", analisa Ribeiro (*leia mais sobre o aspecto social à pág. 32*). Com uma advertência: a demanda, segundo ele, abre oportuni-

dades para oferta de soluções fáceis que não resolvem e não podemos legitimar quem quer salvar o planeta no aspecto ambiental com um dedo e com outro quer lucrar no esteio dos problemas de saúde e outras mazelas da humanidade.

"Investir em ESG não é uma métrica, mas um modelo mental por trás de gerenciar o negócio", enfatiza Ribeiro, ao lembrar que possíveis incoerências não tiram o mérito da pauta. "A beleza está nesse diálogo", acrescenta.

Em sua análise, há espaço para reforma, ainda que não seja uma revolução, mas o desafio é não repetir o *playback* antigo dos investimentos. "A mudança virá por meio de um dos três 'C': comunicação, conveniência ou coerção", aponta. Ribeiro faz dele a recorrente fala do sócio, Daniel Izzo, sobre o "pragmatismo utópico" do escritor uruguaio Eduardo Galeano, em que a utopia está na linha do horizonte para fazer a gente caminhar. "Não dá para acabar com o petróleo agora, mas as finanças acharão a melhor governança no caminho do meio", estima.

Ele aposta na força das instituições reguladoras, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Banco Central. E resgata o pensamento ortodoxo do economista turco-americano Daron Acemoglu, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), nos EUA, autor de *Por que as Nações Fracassam* – influente livro sobre o papel que as instituições desempenham na formação de um país.

Posteriormente, na obra *O Corredor Estreito*, o ortodoxo professor rendeu-se à força da liberdade individual como fruto da interação do poder do Estado com a mobilização da população em reivindicar pautas. Ribeiro conclui: "A agenda do desenvolvimento sustentável virá de algum corredor estreito entre quem detém o capital e a sociedade civil atuante".

O mundo das finanças desperta – uma questão de sobrevivência

Em ambiente político-ideológico hostil aos temas ambientais e sociais, o Banco Central do Brasil (BC) – como órgão regulador da política monetária e da estabilidade financeira – desempenha papel-chave para o avanço da agenda ESG no Brasil. Neste ano, foram abertas duas consultas públicas para o arcabouço de normas destinadas a tratar riscos decorrentes das questões climáticas e socioambientais, visando a segurança do sistema financeiro e bancário. E, em 15 de setembro, o BC anunciou uma série de novas resoluções (*saiba mais à pág. 70*).

Segundo analistas, para uma instituição reconhecida por avançar na inclusão financeira e inovações como o Pix e o **→ open banking**, navegar na seara ambiental é um passo necessário diante do movimento global que reúne os órgãos reguladores dos vários países no sentido de direcionar o capital para a sustentabilidade do planeta.

Na Resolução nº 4.327, de 2014, que estabeleceu a Política de Responsabilidade Socioambiental a ser implementada pelo sistema financeiro, o BC já havia dado a largada com debates que ganharam projeção internacional. Posteriormente, a Resolução nº 4.557, de 2017, exigiu a incorporação dos riscos socioambientais à estrutura de gestão das instituições financeiras.

Como pano de fundo, estavam o risco de ocorrência de eventos meteorológicos extremos cada vez mais frequentes, com impactos nos negócios e resultados dos investimentos, e o processo de transição para uma economia de baixo carbono. Em nota, o BC diz que "a discussão ganhou ainda mais notoriedade na pandemia da Covid-19, dada a confirmação de que eventos disruptivos possuem alto potencial de desencadear crises sistemicamente severas. A tríade 'social, ambiental e climática' que já era preocupante para a sociedade como um todo, tornou-se ainda mais relevante diante da expectativa de uma recuperação econômica mais sustentável e inclusiva".

Nesse cenário, cabe ao BC, como proponente de regras aplicáveis às instituições re-

guladas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), o papel de manter o sistema sólido o suficiente para absorver possíveis impactos de eventos indesejados. "Mais compatíveis com a nova realidade, as políticas de responsabilidade tendem a ser um importante instrumento reputacional e de orientação estratégica, para que as instituições conduzam os seus negócios rumo a uma economia mais sustentável, reduzindo, assim, impactos negativos", afirma a nota.

As novas normas, fruto das consultas públicas nº 85 e 86, encerradas para contribuições em 21 de junho, fazem parte do conjunto de medidas da Agenda BC#, que desde setembro de 2020 conta com a dimensão sobre sustentabilidade. Entre as novidades, está a nova resolução que estabelece a divulgação de informações sobre os riscos social, ambiental e climático, com base nas recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD).

Segundo o BC, será necessária a capacitação do quadro funcional sobre sustentabilidade, reformulação da política de responsabilidade, revisão da estrutura de gestão de riscos e comprometimento da alta administração da instituição. Além disso, a expectativa é a adoção de programas de verificação da eficácia da política. Em setembro, a instituição lançou relatório sobre riscos e oportunidades sociais, ambientais e climáticas com potencial de impactar o sistema financeiro nacional.

TERMÔMETRO NO PORTFÓLIO

Saber quanto a carteira de clientes contribui para a crise climática e definir como deslocar o capital para evitar os impactos – e os riscos à própria estabilidade das finanças – são hoje preocupações de vida ou morte para os bancos. Não basta economizar energia, reciclar o lixo das agências, dar mudinhas para correntistas ou fazê-los rodar calculadoras de carbono para ser mais ecológico no dia a dia. O desafio ganhou dimensão macro, diante do movimento ESG global com reflexos nas novas regras do Banco Central.

❏ Sistema de compartilhamento de dados financeiros de forma padronizada. Em uma única plataforma, as diferentes instituições financeiras têm acesso a dados de clientes para oferecer produtos e serviços personalizados e mais vantajosos para cada caso

As instituições financeiras começam a corrida por entender, no fim das contas, como os seus lucros estão impactando o planeta. “Olhar para as emissões de carbono de projetos e empresas financiadas é o principal desafio”, reconhece Luciana Nicola, superintendente de relações institucionais, sustentabilidade e negócios inclusivos do Itaú Unibanco. A meta é investir R\$ 400 bilhões até 2025 em setores mais sustentáveis, o que representa um terço da carteira total, mas há uma questão estratégica para a ambição climática fazer sentido: além de investir em quem faz certo, como influenciar os setores intensivos em gases de efeito estufa a emitir menos? Transferindo o capital para o baixo carbono? Tornando o crédito mais caro?

A opção tem sido o trabalho de engajamento com a construção de planos de mitigação em conjunto com os clientes, após um retrato do portfólio para identificar os diferentes níveis de impacto. “A ideia é mobilizar empresas a entrar na jornada”, afirma Nicola. Na metodologia Partnership for Carbon Accounting (PCAF), o banco mediu inicialmente as carteiras de veículos com 800 megatoneladas de carbono e de imóveis: propriedades com propósito comercial, como hotéis, escritórios, residências para aluguel, no total de 304 edifícios. O plano agora é conhecer as emissões de empresas de grande, médio e pequeno porte.

“Com base nisso, identificaremos os caminhos de mitigação, ajudando clientes nos planos de transição”, diz Nicola. A barreira,

segundo ela, está na falta de métricas tropicalizadas, o que dificulta avanços em setores como agricultura e uso da terra, que representam 73% das emissões.

A segunda metodologia é o Paris Agreement Capital Transition Assessment (PACTA), que avalia como as emissões financiadas pelo banco estão alinhadas ao Acordo de Paris, no limite de aumento de 1,5 grau. “Queremos colocar o termômetro no portfólio e definir como baixar a temperatura até 2030, mas ainda não temos dados para saber o quanto estamos distantes”, revela Nicola. Enquanto isso, a estratégia é a gestão de riscos, conhecendo e priorizando os de maior exposição como emissores. “Entre os cenários traçados pelo IPCC, do mais ao menos catastrófico, adotamos o caminho do meio”, ressalta.

“A retirada de investimento em setores como carvão e fumo, por exemplo, notadamente de impactos ambientais, sociais e de saúde, precisa de um planejamento porque os municípios dependem economicamente dessa atividade e precisam de apoio à migração para outras culturas agrícolas”, explica a executiva.

Ela conta que o processo ESG no banco teve início há quatro anos, por meio de consultoria externa que identificou vetores de pressão e tendências de médio e longo prazo. Em 2019, foram lançados dez compromissos de impacto positivo para os diferentes perfis de clientes. A sustentabilidade deixou de ser uma agenda geral e passou a ser atrelada ao desempenho dos executivos da instituição.

Plano Amazônia, um ano depois – ainda em busca de escala

A importância para o clima global eleva o tom das cobranças na maior floresta tropical do planeta. Há pouco mais de um ano, quando o desmatamento batia recordes, as imagens das queimadas no Brasil corriam o mundo e ONGs eram atacadas como vilãs, os três maiores bancos privados brasileiros – além do Itaú, o Bradesco e o Santander – formaram uma aliança para canalizar investimen-

tos na floresta em pé. O Plano Amazônia foi concebido com quatro prioridades: cadeia da carne, culturas sustentáveis, regularização fundiária e bioeconomia, prevendo 10 ações objetivas, mas até o momento não destinaram investimentos em escala ou adotaram políticas de exclusão para quem desmata.

A primeira demanda foi entender a complexidade da relação entre conservação e desen-

"A ideia não é excluir, mas ajudar na transição"

volvimento econômico e buscar parcerias técnicas para tirar investimentos do papel, como crédito com taxa de juros que considera metas ambientais. De prático, os bancos chamaram os três maiores frigoríficos brasileiros – JBS, Marfrig e Minerva, responsáveis por 32% da carne amazônica – para analisar os compromissos já existentes na cadeia da pecuária.

“Há necessidade de olhar o setor como um todo e saber os gargalos que geram pouca visibilidade”, aponta Nicola. Para envolver também os pequenos e médios frigoríficos da Amazônia, que representam a maior parte da produção, a estratégia das áreas de risco dos bancos foi adotar as recomendações de boas práticas e prazos de adequação do programa Boi na Linha, do Ministério Público Federal.

Além do documento com recomendações, está sendo preparada uma lista de indicadores de performance (KPIs) de curto, médio e longo prazos para os bancos avaliarem suas carteiras de crédito ao setor. A primeira leva de dados deverá estar pronta até dezembro, segundo Nicola. Para ela, a rastreabilidade da carne é o ponto sensível, cujas propostas de solução deverão ser replicadas aos demais bancos, por meio da Febraban, e aos mercados varejistas.

Em relação à bioeconomia, o compromisso é investir inicialmente R\$ 100 milhões em cooperativas e agroindústrias de cadeias produtivas da Amazônia, como a do açaí. Como suporte à estratégia, foi encomendado estudo sobre o mercado de produtos da floresta ao pesquisador da Universidade de Nova York Salo Coslovsky, que identificou alto potencial inexplorado para exportação.

Já no campo da regularização fundiária de pequenos produtores – quarto item do Plano Amazônia – nada avançou, porque os bancos dependem de decisões de governo. Só no primeiro semestre o governo lançou a tão esperada ferramenta de análise dinamizada do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que permite examinar até 66 mil cadastros por dia, identificando a regularidade das propriedades, com checagem por imagens de satélite. A expectativa é o sistema abranger to-

dos os estados amazônicos até o fim do ano.

“Devemos reconhecer que a floresta vale mais em pé, o que não está registrado nas contas da economia nacional”, afirma Sérgio Rial, presidente do Santander, em recente live do Plano Amazônia sobre o balanço do primeiro ano. “Antes a presença dos bancos considerava apenas a existência de PIB e não de pessoas e suas expectativas”, afirma.

“Compartilhar responsabilidades é um desafio a ser vencido, assim como ocorreu na vacinação contra a Covid-19”, compara Marcelo Pasquini, head de sustentabilidade corporativa do Bradesco, integrante da NetZero Banking Alliance. O banco evolui na análise de risco do portfólio corporativo, com dados que passaram a constar no relatório de sustentabilidade. No total, são R\$ 412 bilhões, com emissão de 10,6 milhões de toneladas de carbono ao ano. Metade corresponde à indústria de transformação, como a de cimento, e algumas já anunciaram metas *net zero* até 2050.

O objetivo é investir R\$ 250 bilhões na indústria de educação, saúde, infraestrutura de energia, substituição de frota e outros setores com viés ESG, em cinco anos. “O primeiro passo é quantificar emissões dos clientes para saber com quais trabalharemos prioritariamente para mudanças. A ideia não é excluir, mas ajudar na transição”, revela Pasquini. Ele explica: “Se sairmos, o crédito passa para outro banco sem comprometimento e a mudança não ocorre”.

Segundo ele, a estratégia da inclusão no lugar da exclusão não é, por exemplo, simplesmente parar a produção de cimento, que influencia o desenvolvimento nacional, mas investir em transformações nos processos fabris, para que não sejam sucateados e emitam mais gases estufa. O desafio inclui sensibilizar o conselho de administração das empresas, em contraponto a visões negacionistas: “É essencial o engajamento também de governos para maior alcance de impactos positivos, porque a sustentabilidade do setor financeiro está ligada diretamente à sustentabilidade do País”, completa o executivo. 

Futuro do pretérito

POR MAGALI CABRAL

Geração após geração, o País não consegue avançar na solução de seus problemas sociais mais básicos.

Como o S do ESG pode contribuir para mudar esse destino?

“**B**rasil, um país do futuro.” A imagem enunciada no ensaio do escritor austríaco Stefan Zweig, publicado simultaneamente em várias línguas, em 1941, parece ter cristalizado as mazelas sociais do País no passado. Oitenta anos depois do vaticínio de Zweig, as desigualdades não só permaneceram como se enraizaram. Nesse período, o Brasil tornou-se um dos países mais desiguais do planeta, com 49,6% de toda a sua renda nas mãos do grupo de brasileiros mais ricos, como apurou o [Instituto Credit Suisse](#). Sim, também houve avanços. Mas, quando o País dá alguns passos à frente no campo da educação, da saúde, dos direitos humanos, das articulações de movimentos sociais, entre tantas outras causas, parece que uma força contrária é atraída para procrastinar o futuro desejado.

A crise econômica e a mal-administrada pandemia de Covid-19, somadas a um governo insensível aos problemas concretos da população, têm jogado uma lente sobre o S das práticas ESG. A que demandas da sociedade as organizações empresariais que aderiram a essa agenda podem tentar atender para minorar os problemas mais prementes? Antes de buscar essas respostas, é importante entender se é papel das empresas ir além do **→compliance** e participar da busca de soluções

para as desigualdades sociais do País, uma função tradicionalmente atribuída ao Estado.

Para o historiador Creomar de Souza, sócio da consultoria Dharma Political Risk and Strategy, grandes organizações têm menos capacidade do que um ente governativo tradicional para resolver isoladamente os problemas sociais que o País acumula. “Mas elas podem responder a muitas demandas de maneira rápida e, ao mesmo tempo, se alinhar a uma tendência mercadológica”, afirma. Para o consultor, a pandemia está provocando um choque de realidade profundo, pois traz uma percepção de vulnerabilidade social generalizada. “Momentos sensíveis como o atual podem ser indutores de boas práticas”, diz.

No ápice da pandemia, parte considerável da comunidade empresarial que não aceitou o discurso negacionista saiu em busca de contribuições para reduzir o impacto provocado pela crise sanitária. Souza destaca a iniciativa da empresária Luiza Trajano, do Magazine Luiza, de auxiliar o poder público a agilizar a aquisição e a distribuição de imunizantes contra a Covid-19. Várias outras grandes corporações uniram-se a ela. Ainda que sejam ações desvinculadas do negócio, para ele, essas movimentações que surgem em tempos de crise revelam o quão potencialmente forte é a capacidade das organizações empresariais ESG serem forças transformadoras.

■ Estar em conformidade com leis, normas, controles internos e externos, além de todas as políticas e diretrizes estabelecidas para o seu negócio. Isso vale para as esferas trabalhista, fiscal, contábil, financeira, ambiental, jurídica, previdenciária e ética. (Fonte: Endeavor)

FOTO: HEATHER ZABRISKIE/UNSPASH



Dar materialidade ao ESG requer tropicalizá-lo, o que depende de jogar holofotes sobre o eixo social

Apesar do bom exemplo, para o fundador da Dharma, a tropicalização do conceito está atrasada em relação especialmente à Europa Ocidental e aos Estados Unidos, o que não chega a ser uma novidade, considerando o desenrolar lento de outras agendas internacionais no Brasil, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). “Creio que, como tudo que envolve essas novidades, o Brasil acaba sendo um tanto periférico, pois temos essa vocação para o retardo. Nesse sentido, a pauta é ainda incipiente e é nitidamente puxada por companhias multinacionais que recebem uma pressão das suas matrizes para assumirem posicionamentos ativos de responsabilização por pautas ambientais, sociais ou de governança.”

O presidente do Instituto Ethos, Caio Magri, acredita que para dar materialidade ao ESG será preciso, antes de mais nada, tropicalizá-lo, o que dependerá de aumentar os holofotes justamente sobre o eixo social, aquele que carrega os dados mais injustos do País.

Dados que o economista Ladislau Dowbor, professor titular da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), não deixa seus leitores e interlocutores esquecerem: “Temos hoje cerca de 19 milhões de brasileiros com fome e aproximadamente 116 mil pessoas em situação de insegurança alimentar – aqueles que ora têm, ora não têm o que comer. Dos 19 milhões com fome, 25% são crianças. É um crime sem tamanho, principalmente porque a quantidade de alimento produzida no País, se dividida igualmente entre toda a população, resultaria em mais de 4 quilos por dia por pessoa”, contabiliza Dowbor. “Nós chiávamos no passado por causa da exploração do trabalhador, mas o que conhecíamos do capitalismo produtivo funcionava melhor que o atual → **capitalismo extrativo**”, arremata.

A pesquisa *Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia*, recém-lançada pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social), sob coordenação do economista Marcelo Neri, revela que a renda individual média do brasileiro, incluindo trabalhadores informais, desempregados e inativos, encontra-se hoje 9,4% abaixo dos patamares do final de 2019. O → **Índice de Gini** saltou para 0,64 no segundo trimestre de 2021, batendo o recorde de toda a série histórica dessa métrica de desigualdade socioeconômica.

Arregaçar as mangas para enfrentar tamanha desigualdade já seria desafiador para governos sérios e bem capacitados, o que dirá para o setor privado. A coordenadora da organização filantrópica Iniciativa Brasil da Aliança pelo Clima e Uso da Terra (CLUA, na sigla em inglês), Daniela Lerda, vê o ESG ainda envolto em um mundo de ideias. “As empresas tentam encaixar no conceito de ESG as ações sociais que têm em andamento, o que não significa que estejam transformando a forma de fazerem as coisas”, diz.

A gestora é cética também em relação a uma possível disposição do setor privado em extrapolar as fronteiras de seu ambiente de negócios em prol da redução das desigualdades brasileiras. “Seria ótimo se isso acontecesse, mas, na maioria das vezes, quando o privado aparece é para defender seus próprios interesses. A empresa reporta ESG mas é representada por uma associação que compactua com projetos de flexibilização de regras, sejam trabalhistas, sejam ambientais, que trarão um impacto negativo para o conjunto da sociedade”, opina.

Antes de se posicionar sobre a participação da iniciativa privada em questões sociais do País, o sociólogo Gilson Schwartz, professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), ressalva que é preciso tomar cuidado para não achar que uma empresa é o melhor critério para avaliação da qualidade dos direitos sociais. Dito isso, ele considera o S do ESG uma iniciativa importante, desde que a empresa não incorra em hipocrisia: seus indicadores sociais são ótimos, mas em uma sociedade que desconsidera direitos sociais.

“A inclusão de mulheres, negros ou pes-

soas com necessidades especiais na força de trabalho pode render um ótimo indicador de ESG. Porém, dentro de um contexto em que representantes da sociedade, governo e legislativo estão na prática eliminando direitos e precarizando as condições de trabalho. O Uber, por exemplo, poderá dizer que seu indicador S está excelente”, observa.

CONTRADIÇÕES

Pois é nesse tipo de contradição apontada por Schwartz que Anna Lygia Costa Rego, professora de Economia Comportamental e Psicologia Experimental aplicada ao Direito na Fundação Getúlio Vargas (FGV), vê a beleza de se trabalhar com ESG, cuja missão é exatamente desatar esses nós. Além das tentativas de flexibilização das regras trabalhistas tão duramente conquistadas, ela lembra que existe também o desafio de uma revolução digital em curso.

“Boa parte de empresas que inovam em sistemas tecnológicos, como nos serviços de entrega e de transporte individual com motoristas autônomos, chegou com um discurso que a princípio pareceu compatível com o ESG. Na prática, não era bem isso. Era o mito do empreendedorismo que substitui a relação de emprego por uma relação de autonomia/empreendedorismo, em que se partilham os benefícios do negócio, mas não os riscos”, explica a professora ([leia aqui a íntegra da entrevista](#)).

Nesse sentido, a economista defende que o *walk the talk* (fazer o que fala, em tradução livre) do ESG seria atuar na reversão desse processo de flexibilização das relações de trabalho. “O *walk the talk* no ESG significa abrir mão da recompensa imediata, até do lucro, para obter um benefício que não necessariamente virá para si. Temos uma dificuldade muito grande em lidar com o altruísmo, não no sentido romantizado do termo, mas de enxergar o benefício coletivo como um retorno econômico individual”, reflete Rego.

O desequilíbrio no andamento das pautas ESG no Brasil em relação a países desenvolvidos, sobretudo em relação ao S, para a professora da FGV, faz um certo sentido: “São pontos de partida totalmente distintos. Os países ricos partem de um patamar que lhes permite sofisticar a discussão da segurança social. No entanto, o fato de a nossa situação de escassez real e percebida ser muito maior no Brasil

confere ao ESG tropical um poder transformador também muito maior”, diz.

Contradições na esfera das relações entre o público e o privado também precisam ser superadas para que os impactos positivos do ESG comecem a aparecer. É como pensa o cofundador e diretor da Fama Investimentos, Fabio Alperowitch. Grande parte dos empresários brasileiros, segundo ele, diz-se liberal na economia – quanto menos intervencionista for o Estado, melhor para o desenvolvimento. No entanto, quando se trata de resolver questões sociais, a tarefa é toda empurrada para o poder público.

“As empresas [que carregam o ‘selo’ ESG] precisam refletir que o papel delas na sociedade vai além da venda de produtos ou serviços”, afirma. Esse “ir além” significa, no mínimo, estar alinhado à mudança do capitalismo de *shareholders*, em que as empresas priorizam só o lucro dos acionistas, para um capitalismo de *stakeholders*, que leva em consideração os impactos da produção para todas as partes interessadas (por exemplo, funcionários, consumidores, clientes, comunidade local).

Sem essas transformações mais estruturais, será difícil transpor o ESG do discurso para a realidade. Para o fundador da Fama Investimentos, o País está “atrasadíssimo”, especialmente as empresas que geram muita → **externalidade negativa**. “A adesão à agenda é discutida por uma elite, um número pequeno de empresas listadas em bolsa. Milhares de outras mal começaram a falar sobre o conceito. Enquanto isso, continuamos sendo um dos países mais desiguais do mundo e o segundo com mais acidentes de trabalho”, assinala.

Mas existe uma janela de oportunidade para fazer a pauta avançar. Alperowitch acredita que a geração Z, das pessoas nascidas entre 1995 e 2010, já está subindo a régua na cobrança de posicionamentos das empresas sobre as grandes questões da sociedade. Vinte anos atrás, posicionamentos sobre racismo, desmatamento ou corrupção nem sequer faziam parte das demandas da sociedade. “Naquele tempo, uma empresa omissa era uma empresa normal”, diz ele. “Hoje, uma empresa omissa é uma empresa com problemas”, completa.

Segundo o executivo, mesmo para os que só têm olhos para o retorno financeiro é fundamental que suas marcas corporativas es-

➡ **Instrumento que mede o grau de concentração de renda em determinado grupo. Numericamente, varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. (Fonte: Ipea)**

➡ **Forma de capitalismo baseada na extração de lucros da humanidade e da natureza, em oposição à ideia modernista de produtividade e consumo de massa**

➡ **Externalidades são os reflexos negativos ou positivos de uma atividade que são sentidos por aqueles que pouco ou nada contribuíram para gerá-los. No caso de externalidades negativas, os prejuízos impostos à sociedade não são arcados por aqueles que os provocam, e sim pagos por todos**



tenham vinculadas a grandes causas, sejam sociais, sejam ambientais. “Já vemos várias empresas começando a falar de racismo, outras de desmatamento, outras de inclusão social. Acho que essa é uma necessidade cada vez maior, e quem não entrar nesse debate corre o risco de ser marginalizado enquanto marca e enquanto empresa”, adverte.

ESG NA CADEIA DE VALOR

Se a decolagem da agenda está lenta no universo das grandes empresas, um desdobramento ainda mais complexo do ESG será levar esses mesmos compromissos às milhares de médias e pequenas empresas incluídas em cadeias de valor. Como afirma Gilson Schwartz, de nada adianta a empresa exibir indicadores maravilhosos se seus fornecedores não estiverem também integrados ao ESG. É a partir dessa capilarização que os impactos se farão notar.

“Mas é difícil imaginar que todo mundo fará isso espontaneamente, muito menos que as grandes corporações irão verificar as condições de trabalho de cada um de seus fornecedores, se eles mesmos não tiverem uma governança que torne seus processos decisórios mais visíveis aos seus clientes”, diz Schwartz (mais sobre governança à pág. 40).

As métricas são a principal ferramenta para dar materialidade às ações ESG. Elas dificultam o *greenwashing*, geram comparabilidade, contabilizam riscos, entre outras vantagens.

Para Anna Rego, apesar de muito importantes, nelas pode estar um dos entraves para que o ESG chegue às cadeias de valor. O problema, a seu ver, é que o desenvolvimento das métricas está totalmente voltado às grandes empresas listadas em bolsa de valores, portanto com um *framework*, ou um escopo, muito pesado.

“Quem fará o score das empresas que estão nas franjas do negócio?”, indaga. “Todo mundo precisa e pode ter seus impactos sociais relatados, não só as *big corporations*.” O ESG como métrica, como arcabouço, tem de ser de todos, cada estrutura com a sua régua. Anna Rego sugere métricas que considerem outros benefícios para pequenas e médias empresas relacionados, por exemplo, à fidelização de consumidores. “Elas não precisam de super-projetos. Apoiar a escolinha da esquina já é o suficiente para o cliente ter uma percepção diferente da empresa”, afirma.

Caio Magri também chama a atenção para a necessidade de o ESG chegar às cadeias produtivas, especialmente dos setores mais críticos da economia, como o agronegócio, que ocupa territórios imensos com operações altamente impactantes. “Além de intervenções tecnológicas e mecânicas nas áreas ocupadas, há um impacto crescente e insustentável nos recursos hídricos, uma situação crítica de expansão das áreas para a produção, sem falar em trabalho escravo, desmatamento ilegal, entre outros complicadores.”

O presidente do Ethos também considera fundamental a construção de plataformas com indicadores e métricas adequadas às pequenas e médias empresas das cadeias produtivas.

FORÇA RELATIVA

O sistema financeiro, como o grande indutor do ESG no Brasil e no mundo, está conseguindo subir a régua nas empresas? “Sim, mas talvez pudesse fazer bem mais, principalmente no campo social. Nós acreditamos que por meio do capital é possível mudar o mercado. Se os grandes investidores fizessem o que nós fazemos, nem estaríamos aqui discutindo essa pauta.” A resposta é de Fernanda Camargo, fundadora da Wright Capital, um *family office* (gestor do patrimônio de famílias que buscam transformação social) que aloca 1% do patrimônio dos clientes em fundos de investimentos para negócios de impacto social. Segundo ela, os retornos em negócios de impacto já se equiparam aos tradicionais, e o percentual investido só não é maior porque ainda faltam opções nesse mercado.

Para Alperowitch, da Fama, o setor financeiro até o momento enxerga somente a si próprio e ignora a sua cadeia de valor. Ele afirma que os bancos se gabam de serem amigos do clima, sendo que partem de uma posição vantajosa em relação ao setor produtivo: agências bancárias conseguem ser carbono neutro com facilidade, pois quase não emitem

gases de efeito estufa. O problema é que continuam financiando combustíveis fósseis, carvão e outros setores controversos.

“Se o sistema financeiro quiser realmente ser amigo do clima, precisa olhar a carteira de clientes. O mesmo vale para questões sociais: não adianta o banco relatar a sua diversidade bacana, se os clientes que ele tem financiando vão na direção contrária”, diz Alperowitch.

Mesmo olhando mais para si mesmo, há no sistema financeiro uma desigualdade social interna para a qual ainda não houve respostas concretas. Creomar Souza lembra das pressões recentes acerca de desigualdades salariais internas. Ele acredita que essa discussão não amadureceu porque o País passa por um momento tão instável que coloca outras urgências no topo da lista.

“Enquanto na Europa a diferença salarial entre banqueiro e bancário vai sendo trabalhada, aqui estamos preocupados com o fato de o ovo ter se tornado o novo bife”, diz Souza. Ou seja, as crises econômicas, além de engrossarem a relação de problemas sociais, emperram o andamento de questões que já vinham sendo discutidas. De qualquer modo, o historiador parte da premissa de que o ESG não trará resultados expressivos imediatos. “Estamos falando de uma escala de uma década ou duas. Mas chegará o momento em que os bancos voltarão a ser cobrados por seus clientes.”

Por onde começar a transformação?

Diversidade nas empresas e educação financeira são indutores de mudança; entenda por quê

Estudo realizado pela consultoria de gestão estratégica McKinsey & Company estabelece um vínculo entre diversidade e performance financeira empresarial. “Maior proporção de mulheres e uma composição étnica e cultural mais variada na liderança das empresas resultam em performance financeira superior”, diz a pesquisa.

O motivo desse vínculo, segundo a professora da FGV Anna Costa Rego, está na tese de que empresas são ecossistemas com muitos pontos de contato com aspectos evolutivos do comportamento humano. “Colaboradores com bagagens, processos cognitivos e experiências diferentes aumentam a capacidade de a empresa performar melhor em diferentes métricas.”

Como exemplo, ela cita a melhoria na improvisação de soluções não conhecidas, a adaptabilidade a situações não previstas, a capacidade de fazer análises com mais nuances sobre riscos e sobre diferentes cenários. “Além disso, quando se tem todo mundo representado na mesa, a chance de sair uma posição completamente invertida, do ponto de vista de aceitação social, é muito menor. Um ambiente com diversidade é muito mais seguro para a empresa”, afirma.

O banco digital Nubank, por exemplo, deu-se conta de que estava sendo omisso em relação ao racismo estrutural brasileiro ao ver a repercussão negativa de uma declaração da cofundadora da instituição, Cristina Junqueira. No ano passado, em entrevista ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, ela afirmou ter dificuldade de contratar executivos negros para posições de liderança por falta dos requisitos técnicos que julga necessários.

As redes sociais não perdoaram, e o banco publicou uma retratação, admitindo ter se acomodado com o progresso da instituição nos primeiros anos de vida. “O erro foi achar que as coisas vão se resolvendo sozinhas, sem esforços contínuos e investimentos da liderança”, diz a nota. No

comunicado, o banco também se comprometeu a avançar com uma agenda de reparação histórica e de combate ao racismo estrutural. Para fazer isso, anunciou parceria com o Instituto Identidades do Brasil.

Creomar Souza vê no movimento de retratação e nos comprometimentos posteriores do Nubank um processo de azeiteamento das engrenagens das empresas decorrente do ESG. Segundo ele, existem organizações mais aptas, cujas práticas afirmativas nascem dentro do próprio Conselho de Administração e que já estão conquistando merecidos ganhos reputacionais, como foi o caso do Magazine Luiza. Outras, mais anacrônicas, já começam a perceber a impossibilidade de sobreviver no mercado sem uma reflexão e uma mudança de cultura interna.

Na opinião de Anna Rego, o episódio do Nubank acabou se transformando em um case positivo. Por mais que a declaração da cofundadora da instituição tenha sido infeliz, o Nubank continua o debate sobre aquela questão até hoje. “Quando uma organização põe o dedo na própria ferida, isto é, continua dialogando permanentemente sobre um problema dela mesma, em vez de abafá-lo, mostra uma atitude madura que não víamos há muito tempo.”

Além da retratação, a professora conta que houve a contratação de pessoas de perfis étnicos – existe uma diversidade muito grande nas equipes, não só racial, mas com várias outras características –, e muita reflexão sobre o que mais pode ser feito.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira deve ser uma bandeira em qualquer sistema de crédito. Quando se liberam inovações, como o *open banking*, o Pix e outras infraestruturas financeiras inclusivas, o que é positivo, é preciso garantir que nos dois lados do balcão estejam pessoas capacitadas para lidar responsabilmente com o crédito.

FOTO: ELEMENTS



Embora a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) mantenha há muito anos uma pauta de educação financeira, o superendividamento das pessoas no Brasil bate recordes atrás de recordes. Segundo o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), o endividamento atingiu nos últimos meses pelo menos 30 milhões de brasileiros, com tendência de aumento em decorrência da pandemia e do desemprego. Como não há iniciativas fortes por partes dos bancos em relação à problemática, foi necessária a criação da Lei nº 14.181, em julho de 2021, obrigando as instituições financeiras a parar de exercer qualquer tipo de pressão para seduzir clientes.

Anna Rego lembra que o superendivida-

mento vai além de uma questão meramente financeira que se liquida numa transação. Trata-se de uma situação de falência individual, uma declaração de que a pessoa está incapacitada de lidar com o cronograma de pagamentos que tem com credores. “Uma pessoa que chega a uma situação de incapacidade de organizar seu fluxo de pagamentos é alguém que está com muitos problemas, inclusive em outras áreas. Vulnerável socialmente, em termos de saúde mental. Quando o sistema financeiro oferece os instrumentos, mas não apoia o indivíduo a lidar melhor com a dívida, talvez esteja oferecendo a sobremesa antes do jantar”, conclui. ¹²²

O xadrez da governança

POR AMÁLIA SAFATLE

O eixo que faz mover as agendas social e ambiental ainda patina no Brasil. Para uma evolução no campo da ética, a governança deve superar a cultura patrimonialista e promover o engajamento de *stakeholders*.

Especialistas também defendem ações mais explícitas sobre temas da sociedade, como a defesa da democracia

FOTO: RANDY FATH/UNSPLASH



Com a governança, o social e o ambiental passam do *status* operacional para o estratégico

Alguém imaginaria que um peão pudesse movimentar o jogo de xadrez a ponto de levar o rei a um xeque-mate? Pois foi o que fez o Engine Nº 1, um fundo de investimentos detentor de 0,02% da ExxonMobil, a gigante texana de petróleo e gás avaliada em US\$ 250 bilhões. Com menos de um ano de vida, o Engine nem tinha uma bandeira ambiental, mas percebeu os riscos de investir em uma companhia baseada em energia fóssil sem um plano de transição energética neste mundo que precisa se descarbonizar o quanto antes.

Mesmo sem representatividade numérica, o Engine Nº 1 fez tanto barulho que arregimentou outros investidores. Com isso, na assembleia para eleger os membros do Conselho, em maio deste ano, esses investidores conseguiram trocar dois dos integrantes e um terceiro em junho, a contragosto da gestão da Exxon.

Para a advogada e consultora independente em sustentabilidade Ana Luci Grizzi, esse é um dos casos mais emblemáticos de *stakeholder stewardship*, ou engajamento de partes interessadas, uma expressão cada vez mais usada neste momento em que a governança ganha holofotes por meio da onda ESG. Isso significa que as decisões nas empresas deixam de ter apenas o foco no interesse de seus controladores e passam a atender também às demandas dos diversos atores com os quais a empresa se relaciona, a exemplo dos investidores. Estes, por sua vez, reivindicam amplo acesso a informações confiáveis, para que possam continuamente cruzar e checar dados antes de tomar suas decisões.

O Brasil ainda engatinha nessa direção. Grizzi, atuante no tema há mais de 20 anos, avalia que apenas algumas empresas têm avançado nesse sentido, e o País se encontra na fase inicial de entender a relevância da governança. Ela estima que os efeitos práticos só devem surgir a partir de 2022 ou 2023. “Estamos em um processo de educação (*mais sobre formação do mercado à pág. 56*). A liderança está aprendendo

o que é o ESG, tirando o G daquela estrutura exclusiva para ética e *compliance* [conformidade a regras], e abrindo a governança para o aspecto mais amplo do engajamento”, diz.

Isso não quer dizer que assuntos como ética e combate à corrupção já estejam resolvidos no ambiente empresarial, bem ao contrário. “Os pilares da ética e da transparência estão completamente inseridos nas diretrizes ESG, mas agora devem tomar outro rumo porque, se antes eu agia apenas para seguir uma lei anticorrupção, hoje tenho de agir diante do risco de os meus consumidores me cancelarem e do risco de meus investidores checarem os dados que eu publico e comecem a me questionar sobre as diretrizes do negócio”, diz Grizzi, citando o caso da ExxonMobil.

“Por isso, engajamento e transparência são dois assuntos que você não consegue desconectar: eu preciso ter transparência para que haja engajamento, enquanto transparência sem engajamento não adianta nada”, resume.

O engajamento de *stakeholders* é um componente crucial da governança para que a força-motriz do capitalismo deixe de girar apenas em torno da busca de lucro pelos controladores e considere os impactos – negativos ou positivos – gerados pela empresa ao longo de sua cadeia produtiva sobre as pessoas e o meio ambiente. É o chamado *stakeholder capitalism*, tido como uma evolução do sistema econômico, diante de todas as mazelas criadas pelo capitalismo que historicamente buscou o lucro a qualquer preço.

POR QUE A GOVERNANÇA É CENTRAL

Nesse contexto, a governança é o eixo central que determina o sucesso das outras letras do acrônimo, que representam o social e o ambiental. “Não existe E e S sem o G”, afirma Valéria Café, diretora de Influência e Vocalização do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Segundo ela, é difícil encontrar uma empresa que tenha um bom programa social e ambiental sem pos-

suir uma boa governança. “Em geral, o G vem antes e estrutura todo o restante”, diz ela, que define governança como a forma pela qual se estruturam todas as redes de relacionamento entre os diversos atores de uma organização.

Nessa estruturação, o papel do Conselho de Administração torna-se central, pois representa o lócus onde estratégia e sustentabilidade se encontram. “O Conselho, por ter visão de longo prazo, coloca a sustentabilidade no centro da estratégia da empresa”, diz Leila Loria, presidente do Conselho de Administração do IBGC.

Na opinião de Ana Luci Grizzi, o G é a letra mais importante do ESG. Uma vez que a governança exista, é possível alçar os outros assuntos para o nível de liderança para, pelo menos, comecem a ser discutidos. Com isso, o social e o ambiental passam de um tratamento meramente operacional dentro da empresa para ganhar um *status* de ordem estratégica.

“Enquanto o social e o ambiental estiverem sob o chapéu operacional, que segue a diretriz de curto prazo, as demandas que chegam não terão eco ou serão feitas a contragosto [da liderança e dos acionistas], pois diminuem a rentabilidade daquela operação”, explica a consultora. Isso porque representa um custo imediato com retorno no médio e longo prazos – isso se a empresa conseguir contabilizar esse retorno. “Mas, quando se tem uma governança instalada, é possível sair do processo de otimização do processo produtivo e passar para o planejamento estratégico.”

A pandemia, segundo ela, ajudou a jogar mais luz sobre a importância da governança no Brasil, que já tinha ganhado força com a *Lei Anticorrupção* (ou Lei da Empresa Limpa), de 2013, e com a Operação Lava Jato, deflagrada pela Polícia Federal em 2014. Até março de 2020, quando a pandemia começou a se espalhar no Brasil, as áreas de *compliance* eram basicamente voltadas, de acordo com Grizzi, para questões de corrupção e ética, e totalmente desconectadas dos aspectos ambiental

e social. “Com a pandemia, o assunto tomou outro rumo e incorporamos o assunto de ESG no Brasil.” Mas ela alerta que não basta a empresa ter uma estrutura formal, é preciso uma governança séria na prática.

Por meio de duas iniciativas, o IBGC monitora o desempenho das empresas brasileiras em governança e mostra que há grande espaço para melhoras, principalmente entre as de capital fechado. Um levantamento preenchido por cerca de 100 empresas fechadas indica pontuação de 3,5 sobre dez. Entre as de capital aberto, com ações negociadas em Bolsa, a nota média é melhor: 6,9, segundo a pesquisa *Pratique ou Explique: Análise Quantitativa dos Informes de Governança*.

Sobre a pesquisa, Andoni Hernández Bengoa, coordenador da área de ESG do Demarest Advogados, lembra que entre as 360 empresas nacionais que apresentaram o Informe de Governança, a taxa de aderência às práticas do Código Brasileiro de Governança Corporativa ficou em apenas 54,3%, número 3,2% acima do registrado em 2019. Além disso, de acordo com a [edição de 2021 do índice SAHA](#), que avalia comparativamente o grau e a qualidade das práticas de governança corporativa adotadas em diferentes países, o Brasil tem um total de 50 pontos, 20 a menos que a média mundial de 70 pontos ([leia mais neste artigo de Bengoa para a PÁGINA 22](#)).

Além disso, ainda não se veem no Brasil papéis atrelados a metas de governança, como observa o conselheiro independente Geraldo Affonso Ferreira, certificado pelo IBGC, membro da Confraria da Governança.

[Neste artigo](#) para a PÁGINA 22, Ferreira comenta o sucesso de venda dos títulos de dívida ligados à sustentabilidade, como as emissões dos *sustainability-linked bonds* de Suzano e Klabin, que tiveram demandas chegando a nove vezes a oferta. Ao mesmo tempo, alerta: “A onda dos *green bonds* tem negligenciado a governança”. Enquanto os títulos verdes ou de sustentabilidade se concentram em ações

📌 **Títulos de dívida verde, por meio dos quais se captam recursos dos investidores para investir em projetos ligados à sustentabilidade**

"O empresário brasileiro, em geral, não tem a cultura de prestar contas. Faz por obrigação"

e metas ambientais, e raramente nas sociais. Infelizmente, ainda não vemos papéis atrelados a metas de governança.

Observação na mesma linha é feita por Bengoa: "Lá fora, é comum os diretores serem remunerados por objetivos de governança", algo que não se replica aqui. Para ele, é preciso haver um movimento *top down*, capitaneado pela liderança, que permeie, em cascata, todos os níveis da empresa. Ele vê processos que são adotados internamente para atingir todas as frentes com *compliance*, mas muitas vezes são "para inglês ver".

Um exemplo: muitos canais de denúncia de corrupção existem, mas não são anônimos, e é possível identificar o denunciante. "Ainda que a empresa tenha um canal formalmente, ninguém se atreve a usá-lo porque pode ser retaliado. O canal de denúncias precisa ser externo à companhia", diz Bengoa. Para o advogado, uma empresa mostra-se transparente, por exemplo, pela forma como valoriza o canal de denúncias, faz relatório reportando o recebimento de casos e os encaminha adequadamente.

CULTURA DE DONO

Bengoa vê no Brasil distintos níveis de evolução em governança, mas destaca a "cultura de dono" que ainda prevalece no setor privado brasileiro. "Governança, no sentido de *compliance*, exige abrir mão desse controle e se expor. Muitas empresas brasileiras ainda não implementaram processos de *compliance* para combater a corrupção." E em relação às que implementaram, cumprir à risca o que está na lei pode não ser o bastante porque, segundo ele, a lei às vezes é insuficiente. Especialmente no Brasil, em que o → **mercado de capitais** ainda é imaturo se comparado aos mercados americano e inglês.

Embora o Brasil historicamente tenha se destacado de modo positivo na arena internacional em relação a temas ambientais – com uma legislação robusta e um prota-

gonismo climático, por exemplo –, Bengoa avalia que o progresso do ESG no País tem sido mais reativo que ativo, impelido pela tendência internacional.

A governança, portanto, parece ser um elemento que tem travado o avanço das demais agendas. "A atenção à governança é muito rasa no Brasil. É o calo das empresas", afirma Ferreira. Ele aponta que o empresário brasileiro em geral, caracterizado por uma tradição patrimonialista que vigora no País, não tem a cultura de prestar contas. "Ele faz por obrigação, para atender às regulações da B3 e às instruções da CVM [Comissão de Valores Mobiliários]", afirma.

Essa cultura, em sua opinião, afeta o *stakeholder stewardship* (engajamento das partes interessadas). Uma *asset* (gestora de investimentos), por exemplo, não acompanha a empresa de perto como deveria e nem exige as melhores práticas de governança, colocando em risco sua responsabilidade fiduciária. Segundo Ferreira, muitas *assets* têm receio de desafiar o controlador das empresas e, com isso, perder possíveis investidores que fazem parte da rede de relacionamentos dos empresários.

O consultor cita a tese de doutorado defendida por Silvia Maura Rodrigues Pereira no Instituto Coppead da Universidade Federal do Rio de Janeiro, *Ativismo e engajamento: perspectivas de investidores institucionais brasileiros*, na qual ela aponta (em inglês) a concentração do mercado como um dos fatores que inibem o ativismo – a maior parte das empresas possui acionistas controladores com mais de 50% do capital votante. No Brasil, o próprio entendimento de ativismo, segundo pesquisa realizada por Pereira, tem conotação de confronto e, por isso, é evitado. "A cobrança dos investidores por melhorias normalmente ocorre quando a 'vaca já foi pro brejo'", diz Geraldo Affonso Ferreira, que foi executivo C-Level do setor de papel e celulose por 30 anos.

Além da concentração de mercado e da figura do controlador definido, que mantém a

"cultura de dono" nas empresas brasileiras, faz falta um Conselho de Administração independente, do qual os integrantes não tenham vínculo com o controlador da empresa e se sintam livres para colocar na mesa os assuntos estratégicos, ainda que sejam incômodos ou desafiadores. Ferreira também aponta para a falta de métricas sobre governança que permitam a avaliação por investidores externos, falta de conselhos fiscais e de avaliações de terceira parte independentes.

Uma vez que o Conselho é um órgão estratégico para a adesão a práticas ESG, sua composição deve ser, além de independente, diversa, de modo a representar o mais variado leque de partes interessadas e, assim, seguir na direção do capitalismo de *stakeholders*. Para Ana Siqueira, fundadora da Artha Educação e membro do comitê de *advocacy* do CFA Society Brasil, não basta cumprir metas de diversidade de gênero ou étnico-racial, mas garantir que haja diversidade cognitiva em sua composição, ou seja, representatividade de várias visões de mundo, culturas e experiências, inclusive intergeracionais.

Somente assim, segundo ela, a empresa deixará de olhar o retrovisor em suas decisões e passará a visualizar o futuro. "Mas a diversidade nas empresas brasileiras é muito baixa. O histórico patrimonialista e patriarcal não contribui para que haja diferentes visões juntas", diz. Além disso, é comum o controlador fazer parte do Conselho de Administração, o que tende a prejudicar o seu caráter independente.

A prática existe mesmo em empresas do → **Novo Mercado** da B3, como a Suzano, que integra o grupo desde 2017. Camila Nogueira, diretora de Relações com Investidores da companhia, afirma que há muito questionamento sobre esse ponto, mas que "na Suzano a presença do controlador no Conselho é bem-vinda porque ele é um acionista com visão de longo prazo, inclusive sobre questões sociais e ambientais". Segundo ela, deter o

conhecimento sobre o negócio é positivo e há diversos estudos mostrando que a presença do controlador é benéfica. "O que o sistema tem de garantir é o alinhamento entre o controlador e os acionistas minoritários", diz.

"Quando a gente olha para → **corporations**, que não têm a figura do controlador, o controle é difuso, o *management* [os gestores] acaba assumindo um compromisso muito maior e pode tomar decisões que favoreçam o curto prazo em detrimento do longo prazo, fazendo com que o acionista fique vulnerável", argumenta.

Nogueira afirma que a família Feffer foi se retirando gradualmente do Conselho para os independentes entrarem, e estes ocupam 70% das vagas (conforme o Novo Mercado). Em 2018, a Suzano foi listada na NYSE, a Bolsa de Valores de Nova York, no segmento mais alto de governança para companhias externas. Segundo ela, os investidores estão preocupados com a visibilidade sobre o risco que correm e isso vai se converter, em última análise, em → **custo de capital**. Com isso, a boa governança tem avançado para que esse custo seja o menor possível.

REGULAMENTAÇÃO: VALE ESPERAR?

Para a governança evoluir, Ferreira acredita que é preciso buscar um mercado franco e aberto, com transparência, equidade, prestação de contas e regulação vigiada por um "xerife" temido. Enquanto nos Estados Unidos a Securities and Exchange Commission (SEC) é considerada eficiente e apoiada por uma Justiça célere, no Brasil a CVM é um órgão menos acreditado.

Questionada pela reportagem sobre como a autarquia poderia contribuir para "elevar a régua" na governança brasileira, por meio de regulamentação e fiscalização mais efetivas, a CVM respondeu, por meio de nota, que a governança corporativa no mercado de capitais brasileiro nunca deixou de se aprimorar. "Entre várias medidas regulatórias nos últimos anos, destacamos a adoção do voto à

➡ **Mercado criado para a negociação de ativos, como ações e títulos de dívida, por meio do qual as empresas captam recursos para financiar projetos. Constituído por bolsas de valores, corretoras e instituições financeiras autorizadas, é responsável pela intermediação entre poupadores e tomadores de recursos**

➡ **Uma corporation é uma entidade legal separada e distinta de seus proprietários. Os acionistas podem participar dos lucros por meio de dividendos e valorização das ações, mas não são pessoalmente responsáveis pelas dívidas da empresa**

➡ **Taxa de juros que as empresas usam para calcular o valor do dinheiro no tempo**

➡ **O nível mais elevado de governança corporativa da Bolsa brasileira, lançado no ano 2000**

"Casos de corrupção na área de saúde mostram o quanto o setor privado ainda precisa avançar"

distância, a criação do informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa (CBGC) e as reduções de quóruns para exercício de direitos por parte de acionistas."

Ainda segundo a nota, a CVM possui iniciativas em andamento destinadas a aprimorar a prestação de informações das companhias brasileiras, tais como a audiência pública para revisão da Instrução CVM nº 480, que busca aprimorar a prestação de informações ligadas a questões ESG. A audiência pública ainda se encontra em fase de análise.

A CVM lembra também que a autorregulação tem um importante papel a desempenhar nesta matéria, como pode atestar a relevância adquirida pelo Novo Mercado e pelo CBGC. "Nesse sentido, a Superintendência de Relações com Empresas recomenda a leitura do CBGC, que considera uma boa prática de governança corporativa que as companhias abertas, por exemplo, tenham seus órgãos de administração e posições gerenciais compostos com diversidade de conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero, ou seja, pessoas com competências complementares e habilitadas para enfrentar os desafios da companhia", diz o comunicado.

Para Ana Luci Grizzi, o passo da CVM tem sido pequeno e muito tímido se comparado ao que existe na SEC dos Estados Unidos e na European Securities and Markets Authority, que reúne todas as comissões de valores mobiliários da Comunidade Europeia. "Mas se a gente olhar o Banco Central, a figura muda completamente. O BC surpreendeu positivamente e publicou três consultas no primeiro semestre [82, 85 e 86]. Uma sobre norma para crédito rural sustentável, e outras duas sobre avaliação de risco e sobre a publicação de relatórios sociais, ambientais e climáticos", diz.

Em 15 de setembro, o BC anunciou uma série de normas na agenda de sustentabilidade ([consulte aqui](#) as novas resoluções).

ADICIONALIDADE

Mitigar riscos, entretanto, já não é o bastante. Em pesquisa realizada em março de 2020 com 2.800 membros do CFA Institute, 35% dos respondentes disseram que a boa governança deve se destinar à melhoria do resultado financeiro, informa Ana Siqueira. Para ela, hoje é mais fácil determinar a correlação entre a falta de sustentabilidade e riscos de episódios negativos como desastres e corrupção do que mostrar a correlação entre as boas práticas e os casos positivos. "Mas cada vez existem mais estudos internacionais que apontam a correlação positiva, e o Brasil tem um trabalho a ser feito nesse sentido", diz.

Por isso, ela defende que as empresas não devem aguardar regras que mitiguem riscos, e sim partir para uma estratégia mais proativa e menos reativa. "Tem muita gente esperando regulamentação, mas, ao fazer isso, está abrindo mão de tempo precioso para construir o seu *road map*", afirma. "É como no jogo de xadrez: sem estratégia, você recebe um xeque-mate. Então, qual é a sua estratégia de sustentabilidade?", provoca.

Bengoa, do Demarest, vê assim a linha evolutiva da governança: "Passamos por várias fases, a primeira era por *compliance*, ou seja, não fazer nada ilegal. A segunda, fazer coisas que não prejudiquem o ambiente e as pessoas. Temos todos os sensores de urgência movidos pela preocupação climática, mas isso já não é mais suficiente. Agora, além de não prejudicar, é preciso contribuir positivamente. Antes era só ser responsável, hoje é preciso gerar impacto positivo. Essa revolução semântica é importante". É o que o consultor e ambientalista Fabio Feldmann chama de "→ **adicionalidade**" ([leia mais na Entrevista desta edição](#)).

Mas, ao mesmo tempo, Bengoa acredita que a evolução nas empresas se dá pela dor, assim como no ser humano. "Por isso falo em humanização das empresas. Você dificilmente

FOTO: ELEMENTS



te consegue aproveitar as experiências de terceiros, só quando sente na pele." Humanização também significa, em sua opinião, juízo de valor sobre pessoas, se são boas, éticas ou não.

ÉTICA, ANTICORRUPÇÃO E COERÊNCIA

Ainda que o movimento de *compliance* tenha ganhado força no período pós-Lava Jato, os riscos continuam altos, na avaliação de Renato Morgado, coordenador do Programa de Integridade Socioambiental da Transparência Internacional – Brasil. "Basta olhar, nestes tempos de pandemia, quantos casos de corrupção no nível federal nós tivemos na relação entre o público e o privado na área de saúde. Isto mostra que o setor privado ainda precisa avançar muito", diz. Segundo o [relatório](#), as empresas pesquisadas obtiveram uma nota de 5,2, sobre 10, em programa anticorrupção e transparência organizacional ([leia mais sobre transferência no quadro à pág. 48](#)).

Morgado também chama atenção para o

setor do agronegócio. Um [estudo](#) do De Olho nos Ruralistas mostra que o Instituto Pensar Agro – braço da Frente Parlamentar Agropecuária – é financiado por várias associações que, por sua vez, são bancadas por empresas individualmente.

Para ele, é preciso haver uma coerência entre o que as empresas anunciam, em termos de valores que possuem em relação à sustentabilidade, e ações de defesa de interesse que elas fazem direta ou indiretamente junto aos tomadores de decisão. "O ESG reforça essa cobrança de coerência", afirma.

Morgado, inclusive, defende a regulamentação do *lobby* no Brasil, para aumentar a transparência em relação aos interesses privados na esfera pública. "A regulamentação do *lobby* não é interessante para setores que aproveitam a baixa transparência para a prática da corrupção ou para terem uma influência desigual em relação a outros grupos em um processo de tomada de decisão", diz.

➡ **Expressão técnica usada no tema da mudança climática, significa que uma atividade deve, comprovadamente, resultar na redução de emissões de gases de efeito estufa ou no aumento de remoções de carbono de forma adicional ao que ocorreria na ausência de uma atividade ou projeto**

Mas apesar de ainda não haver regulamentação do *lobby* no Brasil, Morgado diz que nada impede as empresas de prestarem conta sobre a defesa de interesse que elas fazem direta ou indiretamente, o quanto investem, com quem dialogam e de que associações fazem parte. “Isso é o esperado dentro de uma lógica de ESG qualificada”, afirma.

ALÉM DOS MUROS

A governança, na visão de Morgado, não se limita aos muros da empresa na medida em que pressupõe, também, a defesa dos direitos humanos na relação com os seus empregados e a comunidade afetada. Nesse sentido, ele avalia que é importante as empresas fazerem essa defesa de forma mais ampla enquanto política pública e funcionamento da democracia brasileira – especialmente em um contexto no qual a democracia tem sido atacada e os direitos fundamentais questionados e desrespeitados.

Mas a ligação entre a governança intramuros e a externa ainda é incipiente, na visão de Carlo Pereira. Ele lembra que o Pacto Global lançou uma plataforma para o ODS 16, o único dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que diz respeito à democracia ao pregar Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Segundo ele, jogar luz sobre o ODS 16 sai da lógica de que sustentabilidade em governança é discutir diversidade no Conselho de Administração. “Estão começando a se libertar desse pensamento”, diz.

Para ele, embora a “supremacia dos acionistas” ainda seja ensinada nas escolas de negócios, enfrenta hoje uma transição para uma governança de *stakeholders*, uma vez que há uma maior clareza do “calor que estão sentindo”. Ele se refere, por exemplo, ao *Barômetro da Confiança*, pesquisa elaborada pela Edelman, que continuamente indica uma preocupação em relação a temas pungentes

da sociedade. E também a um levantamento do Pew Research, segundo o qual a maioria dos americanos entende que as empresas têm de ajudar a combater a polarização política.

Pereira inclusive vê isso com certa preocupação, na medida em que as pessoas passam a depositar grande expectativa de que as empresas vão resolver os problemas da sociedade, em busca de um “salvador da pátria” na forma de um CEO.

Mas Yacoff Sarkovas, ex-sócio da Edelman e consultor independente na Propósitos Corporativos, esclarece que o ESG não significa a empresa fazer o bem em substituição ao Estado, mas sim atuar com transparência e ética em relação ao que está sob o seu raio de atuação.

A seu ver, a questão da democracia ficou muito relevante com a emergência do populismo de direita no mundo, que atua com base na destruição dos fatos, na destruição semântica, e em disseminação de mensagens simplistas que atendem segmentos marginalizados e frustrados. “O Brasil se deixou capitular por esse processo. Está provado que isso é uma mazela inclusive para o mercado”, diz.

Sarkovas lembra que as empresas, por serem grandes agentes de transformação social, têm responsabilidade pública pelos direitos civis e, portanto, não podem ficar alheias a esse fenômeno. Mas ele reconhece que no Brasil a questão é mais complicada devido à cultura patrimonialista. Parte significativa do setor privado tem dependência direta ou indireta do Estado, inclusive com interesses casados, o que inibe a exposição e o posicionamento político.

Esses acontecem somente em momentos críticos – por exemplo, o manifesto em defesa do processo eleitoral eletrônico assinado por empresários e banqueiros, e o de associações do agronegócio em defesa da democracia, ambos publicados em agosto –, mas o desejável, segundo Sarkovas, é que o posicionamento seja contínuo e não dependa de anomalias como as que têm sido vistas no Brasil de hoje.

O consultor, inclusive, é autor de um [artigo](#) sobre ativismo empresarial na política, no qual discorre desde o nascimento do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), no apagar das luzes do regime militar, quando empresários começaram a

se posicionar publicamente sobre ações do Estado, passa pela criação do Instituto Ethos e pela candidatura dos empresários Ermírio de Moraes à prefeitura de São Paulo e de Guilherme Leal como vice de Marina Silva à presidência da República.

Mas o setor privado acabou buscando outros canais para atuar de modo cívico na sociedade, a exemplo da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps), que atua como um espaço de formação avançada de políticos, do movimento Todos pela Educação e da rede Uma Concertação pela Amazônia.

Para Mônica Sodré, diretora-executiva da Raps e participante da Concertação, a agenda ESG parte da premissa de que as empresas não vão mais ser vistas ou avaliadas somente pelo valor do que produzem, mas também pelo impacto positivo no planeta. Mas ela alerta que é preciso fazer isso no mundo da política também. “O nosso papel é fazer com que os políticos se apropriem desta agenda de uma maneira muito objetiva. Há um trabalho imenso pela frente, pois existe muito desconhecimento e desinformação sobre o que isso significa na prática”, diz.

De todo modo, Bengoa, do Demarest, identifica uma mudança na arena internacional. “Tradicionalmente não se misturava negócios com política, devido ao risco de exclusão. Hoje, com a demanda dos *stakeholders* e consumidores, isso está mudando. Desde fenômenos como o Black Lives Matter, empresas têm sido forçadas a se posicionar”, afirma.

A questão, segundo Sarkovas, é como isso se enquadra na agenda ESG e se transforma em indicadores monitoráveis. “Em relação à responsabilidade cívica, não tem quase nada nos *frameworks*. Em algum momento, diante dos ataques à democracia, esses *frameworks* vão acabar incorporando esse campo por uma questão de necessidade histórica”, estima Sarkovas ([leia mais no Artigo à pág 54](#)).

Uma coisa é certa, na visão de Marcel Fukayama, cofundador e diretor do Sistema B no Brasil: os empresários e os investidores estão vendo o custo da omissão e do silêncio. “Não tem negócio bom em um país ruim, e não há como ter capitalismo em um país sem democracia. A gente está aprendendo isso na prática” ([leia mais em pingue-pongue a seguir](#)). Nesse sentido, o rei está de fato em xeque-mate.

DE OLHO NA TRANSPARÊNCIA

O mercado brasileiro conta, desde outubro, com o Observatório da Transparência. Trata-se de uma iniciativa do Conselho Consultivo da GRI Brasil, criada para dar visibilidade aos melhores relatos ESG corporativos. “Além de reconhecermos as empresas que mais se destacam no tema, apoiamos as demais nesse caminho ao compartilhar boas práticas. A transparência não é um fim em si mesma. É uma pauta estratégica que baseia a tomada de decisão e gera valor para a organização. Precisamos de referências que nos indiquem trilhas bem-sucedidas e facilitem o caminhar”, afirma Sonia Consiglio Favaretto, que preside o Conselho.

O levantamento, que contou com a parceria técnica da Resultante Consultoria e da Walk4Good, partiu da lista das 100 maiores empresas no Brasil e relatos ESG da KPMG. Dessas companhias, destacaram-se 73 com relatório ESG no País e, em seguida, foram aplicados filtros desenvolvidos com base nos 10 princípios da GRI (GRI Standards, 2016): Comparabilidade, Tempestividade, Confiabilidade, Materialidade, Contexto, Equilíbrio, Completude, Exatidão, Inclusão de *Stakeholders* e Clareza.

A lista final das empresas com maior grau de transparência, que passaram pelos filtros e análises de controvérsias, é: Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco,

BRF, Cemig, Cielo, CPFL, EDP, Eletrobrás, Engie, Natura, Petrobrás, Renner e Suzano. Dessas 14 empresas, nove estão no Novo Mercado e nos demais níveis 1 e 2 de governança corporativa; e 13 fazem parte da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. Saiba mais neste [webinar](#).

PINGUE-PONGUE

Da mudança pela dor para a busca de impacto positivo

Para Marcel Fukayama, do Sistema B, a pressão pela sobrevivência humana trará mudanças estruturais nos mercados e em questões regulatórias

Os elementos de governança, como transparência, defesa das melhores práticas de gestão, segurança institucional, combate à corrupção, são questões que devem extrapolar os muros da empresa? A permeabilidade da empresa com temas da sociedade é algo que tende a entrar no radar de investidores?

Isso já está acontecendo e é um caminho sem volta. Alguns fatos evidenciam isso, como em agosto de 2019, quando o Business Roundtable, formado por mais de 180 CEOs das maiores empresas dos Estados Unidos, soltou um manifesto a favor da geração de valor compartilhado e não à lógica da primazia do shareholding, de maximização de lucro. Esse movimento acabou se desdobrando em várias iniciativas de *reset* no capitalismo. Foi tema até de um editorial no *Financial Times* cerca de dois meses depois. Isso culminou no Fórum Econômico Mundial que, em janeiro de 2020, atualizou seu manifesto pela primeira vez desde sua criação, para colocar na primeira linha o chamado capitalismo de *stakeholders*. Aí a pandemia expôs várias questões e acentuou uma mudança no mercado de capitais, por conta do *boom* de investimentos ESG.

Hoje, formatos jurídicos e estruturas legais de empresas já são criados de maneira a considerar esses *stakeholders* nas decisões de curto e longo prazo. Ou seja, o melhor interesse da empresa deixa de ser a maximização de valor para o acionista e passa a ser um valor compartilhado entre múltiplos *stakeholders*.

Além disso, mais na ótica de riscos, a gente vê situações que têm acentuado essa conversa, desde [os desastres de] Mariana e Brumadinho, que trazem questões mais estruturais sobre o impacto da empresa na comunidade e no meio ambiente e como a empresa considera essas dimensões na sua decisão e não apenas a dimensão econômica. E o próprio caso do Carrefour no ano passado [em que um cliente negro foi morto pelos seguranças].

Sempre pela dor?

Sim. Isso porque os investidores brasileiros ainda operam na lógica de gestão de risco – neste caso, social, ambiental e de governança. Agora, o que estamos vendo é uma mudança no mercado de capitais, e isso já começa a se desdobrar nas empresas por exigência do investidor, e uma mudança regulatória, porque o investidor não quer apenas fazer gestão de risco. Ele entende que não adianta simplesmente parar de emitir gases, precisa de modelos de negócio que gerem impacto positivo. Essa mudança de lógica é absolutamente estrutural. Aí vamos começar a migrar dessa lógica de mudar pela dor e passar para a busca de impacto positivo.

O sr. está otimista em relação a isso? Quem estaria puxando essa tendência?

Temos uma pressão de sobrevivência. Pela lógica da governança atual, hoje é perfeitamente cabível e legalmente possível que uma empresa tenha um impacto ambiental

FOTO: DIVULGAÇÃO/ARTHUR FUJII



"Hoje, se você falar do papel do regulador em uma conversa, as pessoas ficam arrepiadas"

negativo, mas como ela paga seus impostos, gera emprego e renda, está tudo bem. Mas, se mantivermos esse curso, vamos aquecer o planeta em 4 graus, segundo o cálculo do IPCC [Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática] de agosto. É isso o que queremos? Se for isso, o limite de até 1,5 grau será ultrapassado ainda nesta década. Será uma catástrofe para nossa espécie e milhares de outras. Ou seja, não basta apenas preservar, eu vou ter que regenerar, tirar emissões da atmosfera, isso é impacto positivo.

Então, por uma questão de sobrevivência, isso vai se desdobrar em questões regulatórias, por exemplo, a força-tarefa de impacto que o G7 criou recentemente e que vai ter dois desdobramentos: uma frente de trabalho em contabilidade de impacto e outra de políticas econômicas para acelerar o *net zero* [emissões negativas líquidas]. Essas duas frentes são disruptivas, sendo puxadas pelos sete países mais ricos do planeta, que naturalmente vai se desdobrar no G20, e o Brasil será parte. Na hora que você começa a contabilizar a empresa não só pelo resultado que ela gera, mas também pelo impacto social e ambiental, isso muda completamente a lógica de operação e o resultado de uma empresa. Estou bem otimista de que nesta década teremos mudanças estruturais como esta.

Quando o sr. fala em governança de stakeholders, como isso se dá em termos de estrutura, participação em conselho, processos etc.?

Hoje não existe um *framework* convencionalizando o que é ou não governança de *stakeholders*.

Se você perguntar para 100 executivos e investidores o que é *stakeholder governance*, cada um provavelmente vai responder alguma coisa diferente.

Mas o primeiro elemento é que você precisa ter uma diretoria responsável por isso, uma espécie de *benefit director* ou um diretor de impacto, alguém que zele por essa agenda. Da mesma maneira que existe um CFO que zela pelo *bottom line* (o resultado financeiro) na empresa, a gente precisa ter alguém que zele pelo *triple bottom line* (econômico, social e ambiental). O segundo elemento trata de você se relacionar com os *stakeholders* internos e externos da companhia, e isso pode se dar por meio de um comitê ou de um conselho de *stakeholders*.

E o terceiro elemento é o princípio de coparticipação, ou seja, você ter em seu Conselho de Administração membros da comunidade, colaboradores, membros independentes, enfim, compor um conselho de administração que seja *multistakeholder*. Isso é super controverso no mercado, acho que as culturas americana e brasileira não permitem a gente trabalhar nesse sentido. A cultura europeia é diferente, principalmente a alemã, que é super receptiva à coparticipação. Lá, tem empresas que historicamente possuem colaboradores dentro do Conselho de Administração, mas essa não é a realidade em outros países, mesmo o Reino Unido. Ainda na época da Theresa May como primeira-ministra, ela propôs no Parlamento uma proposta na governança corporativa em que o princípio de coparticipação era um dos elementos, e o Parlamento não aprovou por conta disso. Eu

diria que não é algo tão receptivo do setor empresarial. É uma conversa bem embrionária.

E no nosso mercado de capitais, mais ainda, pois tanta coisa ainda não é praticada, como a independência nos conselhos?

Tivemos um avanço no Novo Mercado que foi a exigência do conselheiro independente, mas o Brasil andou de lado nos últimos anos e a gente segue atrás. No Reino Unido, o caminho para a mudança mandatária no reporte de impacto social e ambiental é sem volta. Aqui a CVM concluiu em março uma audiência pública sobre o *disclosure* [transparência] de práticas de impacto social, ambiental e de governança, e isso ainda é voluntário para as empresas.

Mesmo para as empresas do Novo Mercado?

Sim, e se a gente olhar o próprio Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3, ainda a gente está com a barra bem aquém da fronteira de inovação da Europa e mesmo dos EUA. A Nasdaq e a SEC mudaram as exigências para diversidade no Conselho de Administração das empresas. Aqui no Brasil ainda se discutem cotas e há uma enorme dificuldade de aprofundar o assunto. Do ponto de vista regulatório, a MP da liberdade econômica pavimentou um caminho de desregulação no mercado de capitais no Brasil. Isso é um ponto preocupante porque pode fragilizar a governança das empresas e fazer o Brasil perder competitividade na direção dessa nova economia, quando comparado a outros mercados.

E por que o Brasil andou de lado esse tempo todo?

É difícil dar uma única razão, mas talvez dê para refletir sobre alguns fatores. Acho que o capitalismo brasileiro é diferente do americano, que é super distribuído e a empresa é pulverizada. Aqui, você tem o papel do controlador. O segundo motivo é o custo Brasil, que é altíssimo. Qualquer mudança regulatória que se faça vai onerar as empresas, então há uma aversão a qualquer intervenção nesse sentido. Além disso, entramos em uma onda de neoliberalismo, o que diminui, empobrece e simplifica o papel dos reguladores. Hoje, se você falar do papel do regulador em uma conversa, as pessoas ficam arrepiadas.

A manifestação de ordem mais política por parte do setor privado – o que não quer dizer partidária – é algo que tende a crescer no Brasil, como houve nos Estados Unidos em relação a Donald Trump?

Estamos vivendo um momento crescente no Brasil, por exemplo, com o manifesto dos empresários em defesa do sistema eleitoral eletrônico. Inclusive, depois desse manifesto eu fiquei pensando onde esses empresários estavam nos últimos meses [risos]. Isso é positivo no sentido de criar uma cultura e conscientização para separar o que é político do que é partidário, porque, quando isso se mistura, realmente ideologiza a conversa e essa não é a ideia. Mas os empresários e os investidores estão vendo o custo da omissão e do silêncio. Não tem negócio bom em um país ruim, não há como ter capitalismo em um país sem democracia. A gente está aprendendo isso na prática. [vz](#)



A defesa da democracia na agenda ESG

Poucos duvidam que os princípios ambientais, sociais e de governança vieram para ficar. O que se discute é como devem expandir-se e aprimorar-se

A sigla inglesa ESG sintetiza três preceitos que as empresas precisam seguir para dar sustentabilidade aos seus negócios: mitigar o impacto negativo e, preferencialmente, gerar impacto positivo no meio ambiente; atuar de forma socialmente responsável e positiva; ter um sistema de gestão transparente e que opere em consonância com todas as partes interessadas. Em suma, ter resultado e perspectiva de perenidade trabalhando para o bem comum, o que presumiria resguardar a cidadania.

O que difere os princípios ESG das fases anteriores de transformação do capitalismo – que evolui da filantropia empresarial para o Investimento Social Privado – estrutura-se na responsabilidade social empresarial e deságua no imperativo da sustentabilidade – é o jogo ser jogado no tabuleiro do mercado financeiro. Segundo a Global Sustainable Investment Alliance, os ativos ESG movimentaram US\$ 35,3 trilhões em 2020. A Bloomberg estima que a cifra atingirá US\$ 50 trilhões em 2025.

O escrutínio dos analistas financeiros racionaliza e aprofunda a avaliação da performance sustentável das empresas. A súbita valorização dos serviços especializados em *rating* ESG, demandados por investidores e reguladores, demonstra que o processo de aferição será crescente. Não haverá espaço para o *green/socialwashing*.

É certo que ainda há um acentuado *gap* de efetividade entre o avanço da agenda ESG nas empresas e as reais melhorias do mundo. A pobreza extrema voltou a aumentar, pela primeira vez em 20 anos, segundo o Banco Mundial. Entre 9,1% e 9,4% da população global vivem com menos de US\$ 1,90 por dia. Há 160 milhões de vítimas do trabalho infantil, segundo a Organização Internacional do Trabalho. E o último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mu-

dança Climática (IPCC) da Organização das Nações Unidas, lançado em agosto de 2021, revela que nós, humanos, elevamos a temperatura média global em 1,1 grau, pela emissão de gases de efeito estufa, provocando fenômenos meteorológicos extremos que se acelerarão.

Por sua vez, a emergência climática está construindo a economia de baixo carbono, impulsionando investimentos e créditos ESG para as empresas que já inseriram a sustentabilidade no centro da estratégia do negócio e para aquelas, que formam a grande maioria, que querem ou precisam migrar para o novo modelo. O financiamento desse processo amplia a exigência de métricas, metas e aferições.

A prestação de contas das atitudes empresariais positivas ocorrerá mais de três décadas, começando pela publicação voluntária e desregulada de balanços de responsabilidade social. Naquela época, poucas empresas se empenhavam em atuar e relatar de forma consistente, enquanto muitas “marqueteavam” até doações para asilos. No Brasil, a criação dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, em 2000, foi o divisor de águas para a seriedade. No mesmo ano, era lançada a primeira versão do GRI Guidelines, pela Global Reporting Initiative, que evoluiu, em 2016, para os GRI Standards, primeiro padrão global para relatórios de sustentabilidade.

Agora, surgem as metas baseadas na ciência e a integração dos relatórios de sustentabilidade aos balanços financeiros anuais, ampliando o rigor analítico e a pressão para migração das empresas para uma economia de baixo carbono e mais inclusiva. Já há quem diga que o planeta será salvo pelos contadores.

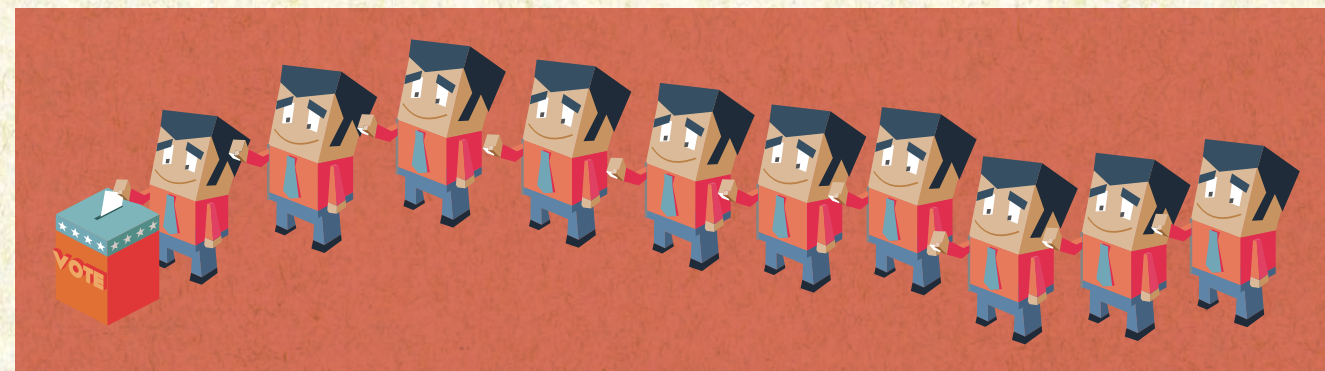
A análise do histórico dos indicadores ESG revela a evolução das melhorias do mundo que se considera ao alcance das empresas. A lista, hoje, é extensa e abarca os mais diversos tópicos ambientais, sociais e de gestão. Por isso,

chama atenção que uma das questões mais relevantes para a sociedade e para os negócios não esteja explicitamente contemplada: a defesa da democracia.

O Estado Democrático de Direito é uma conquista estruturante para a sociedade. O direito a votar em eleições livres, idôneas e regulares; a liberdade de expressão e de organização política; o respeito às minorias e o império da lei, entre outros fundamentos, são propulsores do desenvolvimento humano. Os países democráticos são mais desenvolvidos, instruídos, saudáveis, equânimes e ricos. A liberdade e a igualdade de direitos e deveres também formam a base da economia de mercado. Toda empresa e toda liderança empresarial deveriam zelar por isso.

Apesar de seus incontestáveis préstimos à civilização, a democracia está sob ataque. A última edição do *The Economist Intelligence Unit's Democracy Index* revela que ela se manteve em declínio no planeta, em 2020. A pesquisa avalia 167 países, com base em cinco medidas – processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, participação política, cultura política democrática e liberdades civis –, e constata que apenas 8,4% da população mundial vivem em democracia plena, enquanto mais de um terço se submete a regimes autoritários. A pontuação média global de 5,37, numa escala até 10, é a mais baixa registrada desde o início do índice, em 2006. O Brasil está na 49ª posição, com 6,92 pontos, acima da média global, mas abaixo dos 7,38 pontos que detinha em 2014 e 2008.

O declínio da democracia é reiterado pela Freedom House, a mais antiga organização americana dedicada a seu apoio e defesa no mundo. Nascida em 1941, a instituição adota desde 1973 métodos de análise das ciências sociais para avaliar o nível de liberdade em cada país. Seu relatório de 2020 mostra o declínio da liberdade global pelo 15º ano consecutivo. E os países em deterioração superaram



os que apresentam melhorias pela maior margem registrada desde o início da tendência negativa, em 2006.

A longa recessão democrática está se aprofundando. Como as empresas e as lideranças empresariais podem estar alheias a este fato?

Nos EUA, o ameaçador populismo de extrema-direita de Donald Trump provocou iniciativas como o Leadership Now Project, coalizão de líderes empresariais que age para a proteção e a renovação da democracia americana. A rede nasceu, em 2017, por iniciativa de ex-alunos da Harvard Business School. Ela tem, no seu Conselho Acadêmico, veteranos como Michael Porter e novos pensadores como Rebecca Henderson, autora do livro *Reimagining Capitalism in a World on Fire*.

No Brasil, Jair Bolsonaro – a versão tupiniquim de Donald Trump – age abertamente para aplicar um autogolpe que não se consumou, até agora, não por falta de empenho, mas por falta de competência do golpista; bem como pela forte resistência da imprensa, do Judiciário e por parte do Legislativo. O meio empresarial que, salvo poucas e honrosas exceções, mantinha-se omissivo, finalmente despertou da letargia quando um grupo amplo e expressivo de lideranças publicou, em agosto de 2021, o manifesto *As Eleições Serão Respeitadas*, em apoio ao sistema eleitoral brasileiro, sistematicamente atacado por Bolsonaro, como parte de sua trama.

Democracia e negócios

O *Estado Democrático de Direito* é a base do capitalismo de livre mercado, pela estreita relação com a economia e os negócios. O respeito às leis e a des-

concentração do poder tornam a economia mais dinâmica e próspera para gerar oportunidades de melhoria de vida das pessoas. Os efeitos se refletem transversalmente em diversos itens da agenda da sustentabilidade e, principalmente, alinham-se à sua ética.

Estamos empenhados na transição do “capitalismo do acionista” para o “[capitalismo das partes interessadas](#)” (*stakeholder capitalism*), formulação elaborada por Klaus Schwab, criador do Fórum Econômico Mundial (WEF, em inglês), que vem sendo sistematizada nas suas edições recentes. Conceitualmente, esse princípio induz as empresas a ocuparem posição nas trincheiras de defesa da cidadania.

Por tudo isso, a proteção do Estado Democrático de Direito deve incorporar-se à responsabilidade empresarial, passando a ser formulada especificamente e introduzida nas matrizes de critérios ESG.

Nos sistemas vigentes, o conceito só consta explicitamente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, no Objetivo 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), nos itens: 16.3 (“Promover o Estado de Direito, em âmbitos nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos”); 16.7 (“Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis”); e 16.10 (“Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais”).

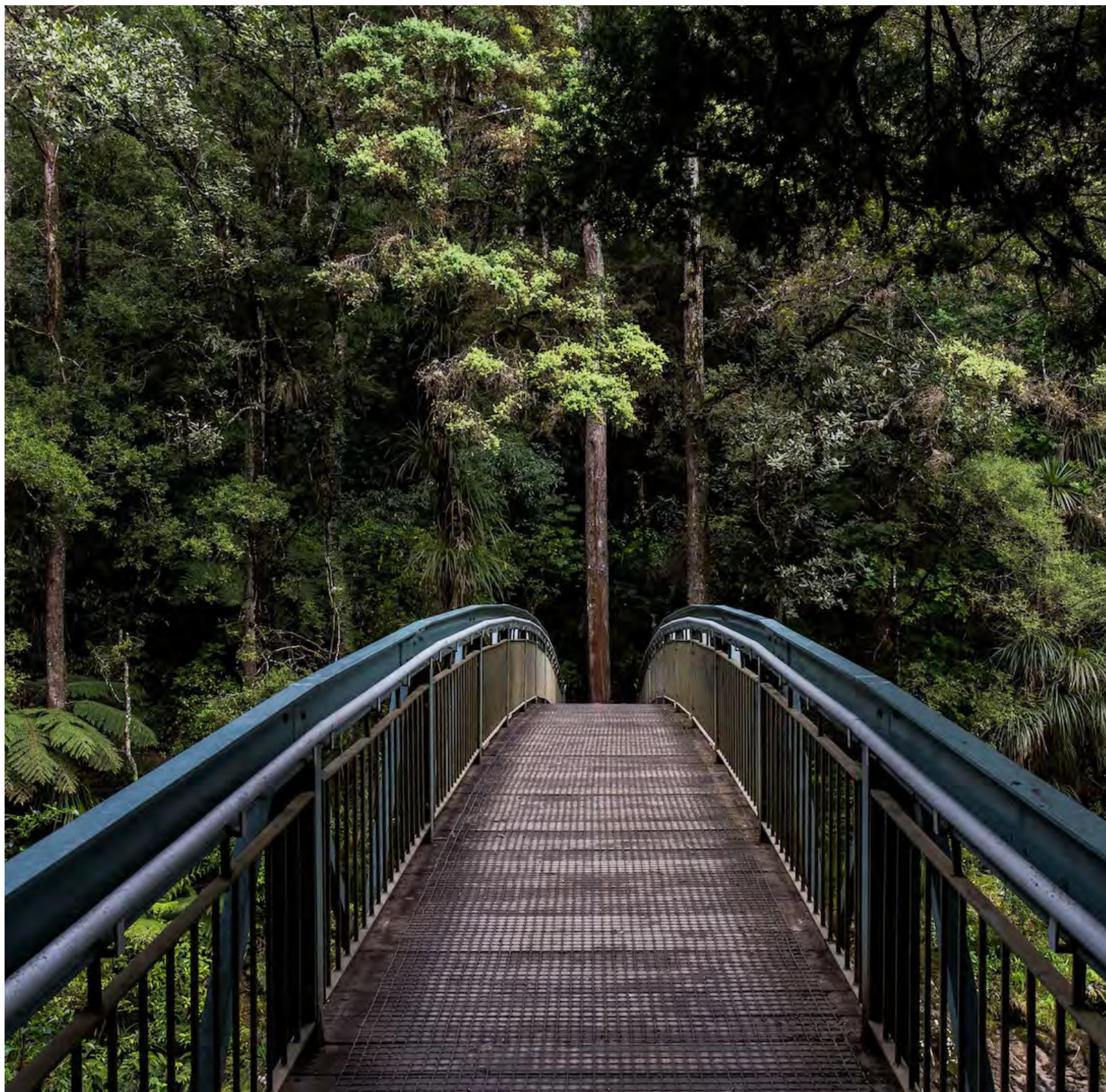
Nos GRI Standards, a questão é tangenciada nas normas 412 (Avaliação de Direitos Humanos); 413 (Comunidades

Locais); e 415 (Políticas Públicas). No sistema de avaliação de impacto para certificação de Empresas B, está parcialmente relacionada com a norma Comunidade: Engajamento Cívico & Doações. Mesmo as recém-lançadas Métricas do Capitalismo das Partes Interessadas (*Stakeholder Capitalism Metrics*), pelo International Business Council do WEF, abordam direitos de cidadania de forma indireta e parcial, no item Vitalidade Comunitária e Social de seu “Pilar 4: Prosperidade”.

A ameaça trumpista à democracia americana acabou estimulando o ativismo empresarial. A Microsoft declarou-se contrária à legislação de votação restritiva estabelecida na Geórgia; HP, Unilever, Patagonia e Salesforce pediram a expansão do acesso ao voto no Texas; Airbnb, PepsiCo, Ikea, entre outras, assinaram uma carta de apoio à legislação federal de direitos de voto; Dow, Toyota, Mastercard, AT&T, Deloitte, Morgan Stanley, Amazon e Walmart, entre mais de uma centena de empresas, pararam de financiar deputados e senadores republicanos que votaram contra a certificação da eleição de 2020.

Esses são exemplos de ações que podem inspirar a elaboração de normas a serem incorporadas aos padrões de relatórios e certificações para sustentabilidade. A regulação estimularia e orientaria as empresas a atuarem como guardiãs do Estado Democrático de Direito.

Empresas são poderosos agentes de transformação da sociedade, e os princípios ESG estabelecem uma base ética que direciona os negócios para um mundo melhor. A defesa da democracia não pode ficar fora disso. [zz](#)



Pontes a construir

POR ANDREA VIALLI

O mercado de trabalho para profissionais que atuem com temática ESG está aquecido, mas falta integrar questões socioambientais a todas as áreas do conhecimento. Há lacunas de comunicação e no aprendizado, prejudicado pelas desigualdades no Brasil

O tsunami ESG chegou ao mercado e fez transbordar a demanda por cursos que possam qualificar profissionais interessados em atuar na esfera ambiental, social e de governança dos negócios. Por abrigar um tema transversal, as áreas de sustentabilidade – e agora ESG – nas organizações abarcam profissionais de formações das mais variadas, passando por direito, administração, comunicação e também as ciências da natureza, como biologia, química, engenharia e gestão ambiental. Hoje, com o aquecimento do mercado de trabalho para profissionais que lidem com a temática, pipocam cursos de formação complementares, oferecidos em variados formatos e durações, por instituições tradicionais e outras nem tanto. Para o futuro, a tendência é que a temática seja incorporada ao currículo da graduação, na visão dos especialistas ouvidos pela PÁGINA22.

Há algo que MBAs, mestrados e doutorados não ensinam e tem a ver com valores

Embora a agenda ESG não seja necessariamente nova – entrou para o radar das empresas há pelo menos 20 anos –, o que tem motivado a busca por conhecimento nesses temas é uma mudança no ambiente dos negócios, motivada por regulações, acordos internacionais (como o Acordo de Paris para conter as mudanças climáticas), pressões de todos os lados (consumidores, investidores) e o clamor da sociedade para o combate às desigualdades sociais, de gênero e etnia. É como se não fosse possível fazer negócios sem considerar essas forças.

“Hoje é muito difícil imaginar negócios que não considerem os aspectos ESG no contexto em que vivemos. Há, de fato, uma transformação em curso que está batendo forte nas empresas e elas não podem mais ficar apartadas das demandas da sociedade”, avalia Nelmar Arbex, líder da divisão ESG da empresa de consultoria global KPMG.

No Brasil, essas questões vêm ganhando contornos ainda mais expressivos face ao governo de Jair Bolsonaro, que vai na direção de dismantelar políticas socioambientais, gerando pressões internacionais que afetam sobretudo empresas exportadoras.

Em razão desse contexto, instituições que apostaram na qualificação em temas da sustentabilidade nos últimos anos viram a demanda por cursos explodir. É o caso do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces), fundado em 2003 e uma das primeiras instituições a criar um mestrado profissional (MBA) em sustentabilidade há pouco mais de uma década.

Desde o segundo semestre de 2020, a procura por formação mais que dobrou, tanto para o próprio MBA quanto para cursos *in company* (elaborados sob medida para as empresas) e de curta duração. Entre as novidades, o Centro lançou no ano passado o BootCamp ESG, com 16 horas-aula, cuja procura foi o triplo das 40 vagas iniciais e levou o FGVces a abrir nova turma este ano, com 45 alunos.

“A demanda para cursos ESG veio avassaladora”, resume Fernanda Carreira, coordenadora do Programa de Formação Integrada do FGVces. Segundo ela, a procura se deu em duas

ondas que estão interligadas: a primeira foi a dos profissionais do mercado financeiro, que buscam realizar a gestão de risco das carteiras de ativos com um olhar voltado para as questões ESG, impulsionados pelo posicionamento da → **BlackRock** e outras gestoras de fundos; depois, vieram os executivos da alta gestão e membros de Conselhos de Administração. “O mercado financeiro fez o movimento inicial, que reverbera nas empresas. Elas passam a ser questionadas por investidores sobre questões ESG, o que faz com que vários níveis da administração, incluindo da média gerência a CEOs e Conselhos, passem a buscar mais conhecimento na área”, diz Carreira.

Já no mestrado profissional, que tem carga horária de 420 horas-aula e pode ser cursado em um ano e meio, parte da procura vem de pessoas que desejam fazer transição de carreira para áreas conectadas com a temática ESG, recebendo pessoas das áreas de recursos humanos, gestão, direito e comunicação, entre outras. Além disso, a procura por formação em sustentabilidade não está presente só em grandes empresas.

Recentemente o FGVces elaborou um curso específico sobre a temática de inclusão de gênero e diversidade, a pedido da Fundação Abrinq com recursos da Estratégia ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da União Europeia, programa voltado ao cumprimento da Agenda 2030. Foi aberto um processo seletivo para 50 empresas, que deu origem a duas turmas de 25 alunos de perfis variados – havia desde executivos de grandes empresas exportadoras do agronegócio até gestor de funerária do interior de São Paulo.

Na Fundação Dom Cabral (FDC), cuja criação do Núcleo de Sustentabilidade remonta a 2002, a alta procura por formação na área se repete, tanto para o curso de pós-graduação em Gestão para a Sustentabilidade, tanto na criação de cursos sob medida. Setores como energia, agronegócio e mineração são os que mais têm demandado capacitações e, tal como no FGVces, o movimento é puxado pela demanda das áreas financeiras e de gestão de risco.

“ESG é o nome que o setor financeiro deu

para a sustentabilidade corporativa, com a perspectiva de risco. Então, o que vemos é que essa onda transbordou e chegou ao CFO [Chief Financial Officer, o equivalente a diretor financeiro], pois os investidores querem a prestação de contas”, analisa Heiko Spitzack, professor e diretor do Núcleo de Sustentabilidade da FDC.

Na alta liderança, a procura por capacitação ESG pode ter motivações intrínsecas – quando o CEO e conselheiros têm valores conectados à sustentabilidade – ou motivações extrínsecas, quando a pressão vem do mercado ou de investidores. “No nível CEO, são poucas as lideranças que têm motivações intrínsecas, mas, a depender de como as novas gerações enxergam o tema, é provável que isso mude rapidamente na sucessão”, analisa.

FORMAÇÃO NO SENTIDO AMPLO

O preparo de uma nova liderança para assumir um posto de CEO, no contexto em que as qualificações ESG são tão requeridas, passa ainda por extrapolar a formação especializada propriamente dita – há algo que MBAs, mestrados e doutorados não ensinam, e tem a ver com valores, entre eles, o entendimento do espírito do tempo (*Zeitgeist*), ética, humanidade, abertura à inovação. “Levar esses temas para a alta gestão implica em haver a abertura e a motivação para esses valores”, diz Spitzack.

O professor observa dois públicos majoritários que buscam capacitação ESG: de um lado, as gerações que estão entrando agora no mercado e buscam o chamado “trabalho com propósito”, e, de outro, profissionais de nível executivo, muitos deles em transição de carreira, que querem adquirir competências na área. Para alcançar o primeiro grupo, além dos cursos específicos para a temática ESG, a FDC vem apostando em uma abordagem inovadora dessas questões, por meio de um Núcleo de Intraempreendedorismo, criado em 2018 para incentivar o desenvolvimento de iniciativas e negócios de impacto socioambiental dentro de empresas parceiras.

A entrega final do curso, por exemplo, é um *pitch* (ferramenta usada para apresentar negócios a investidores) em vídeo onde os alu-

nos apresentam um projeto com a proposta de agregar valor socioambiental em sua respectiva área na empresa, ou um modelo de negócio com impacto positivo. Desde o início dos trabalhos do núcleo, foram capacitados 240 jovens de nove empresas, que apresentaram 59 *itches*. De acordo com Spitzack, esse tipo de fomento à inovação dentro das companhias agrada especialmente às novas gerações, que se engajam mais em abordagens que não sejam de cima para baixo e estão em sintonia com movimentos como o das empresas do → **Sistema B** e das *startups* de impacto positivo.

LACUNA DE COMUNICAÇÃO

Os profissionais da área financeira que começam agora a lidar com informações ESG muitas vezes esbarram na falta de conhecimento dos dados e indicadores técnicos do universo da sustentabilidade – tais como pegada de carbono e indicadores de diversidade. O inverso também ocorre: profissionais da sustentabilidade muitas vezes encontram dificuldade ao lidar com métricas financeiras e a linguagem do mercado. Transpor esse abismo de comunicação é um desafio para todos que atuam ou querem atuar com ESG.

“É preciso unir os discursos das áreas técnicas de sustentabilidade, responsáveis pelos relatórios anuais, com o trabalho de divulgação de informações a mercado das áreas de relações com investidores e finanças. São dois mundos com dificuldade em se comunicar, e para isso ambos os profissionais terão de entender a linguagem um do outro”, diz Maria Eugênia Buosi, sócia da Resultante, consultoria especializada em estratégia ESG.

Um exemplo dessa lacuna de comunicação está em um estudo realizado pelo → **Laboratório de Inovação Financeira** (LAB), por meio do seu Grupo de Trabalho de Gestão de Riscos ASG, que buscou captar as práticas de *disclosure* (transparência) ESG das empresas em seus → **Formulários de Referência** que são entregues à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O objetivo da análise era entender de que forma as companhias estão divulgando as informações ESG ao mercado. A leitura de for-

➡ **Gestora de ativos que se tornou célebre pelas cartas de seu CEO, Larry Fink, ao mercado, nas quais dita tendências e faz apelo pela descarbonização dos portfólios de investimentos**

➡ **Certificação de empresas que buscam equilibrar propósito e lucro, que reúne 4 mil empresas no mundo, sendo 213 no Brasil**

➡ **Iniciativa coordenada por Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a agência de cooperação alemã GIZ**

➡ **Documento obrigatório disponibilizado pelas companhias abertas ao mercado, que tem como intuito fornecer aos acionistas um panorama geral da empresa**

O mercado demanda que o conhecimento em ESG faça parte da grade de qualquer profissão

mulários de 96 empresas, que compõem o índice IBX-100 da B3, apontou que a abordagem das empresas nas questões ESG é ligada à exposição das operações a legislações ambientais (79%), enquanto 47% relacionam o tema à gestão de riscos corporativos. Menos de um terço (27%) apresenta a governança dos riscos socioambientais na companhia e pouco mais de 20% trata dos riscos ESG em suas cadeias de valor.

De acordo com Buosi, o mercado caminha para um cenário em que os conhecimentos ESG deverão estar incorporados a qualquer carreira, não apenas às que são mais comumente associadas ao tema. Por isso, tanto as escolas de negócios quanto as graduações deverão incorporar a temática às suas grades, e esse processo já começa a ocorrer. “O mercado está demandando que o conhecimento em ESG faça parte da grade de formação de qualquer profissão. Não é preciso reinventar a roda, mas incorporar a temática aos currículos”, diz.

Pioneiro na criação de análise de risco socioambiental para operações de crédito no País e hoje responsável pela área de Risco Socioambiental do Santander (Brasil e global), Christopher Wells acompanhou as transformações do tema ESG no setor financeiro ao longo dos últimos 20 anos. Mesmo com formação técnica na área – Wells é bacharel em Ciências Políticas pela Columbia University –, ele estruturou uma abordagem que virou referência para bancos brasileiros e estrangeiros. Comandando uma área com oito funcionários no Brasil e cerca de 25 divididos entre Espanha e países da América Latina, Wells afirma que é justamente a habilidade de comunicar as questões socioambientais em linguagem financeira que faz diferença no currículo de um profissional que queira atuar com ESG.

“Nossa função no risco socioambiental é dar pareceres sobre os problemas de natureza ambiental, sobre condições sociais e de trabalho, e reportar a questão climática para além da futurologia e de previsões catastróficas sobre o aumento do nível do mar. É dizer: se continuar emitindo tal poluente, vai per-

der dinheiro e acesso ao mercado lá na frente”, afirma Wells. “Independente da formação, quem souber fazer esse tipo de comunicação vai crescer junto com o mercado”, afirma.

Seu braço direito, a superintendente de risco socioambiental Maria Silvia Chicarino, é bióloga e se especializou em análises financeiras de questões ESG após conhecer o universo dos estudos de impacto ambiental (EIA), um campo de atuação que desconhecia enquanto era estudante. Hoje, é responsável pela capacitação dos *trainees* da área – a maioria vem de cursos como Engenharia ou Gestão Ambiental. “Ao longo dos anos, os cursos mudaram, a temática ESG ficou mais presente, mas ainda é preciso capacitá-los para lidar com a linguagem do universo de finanças”, diz.

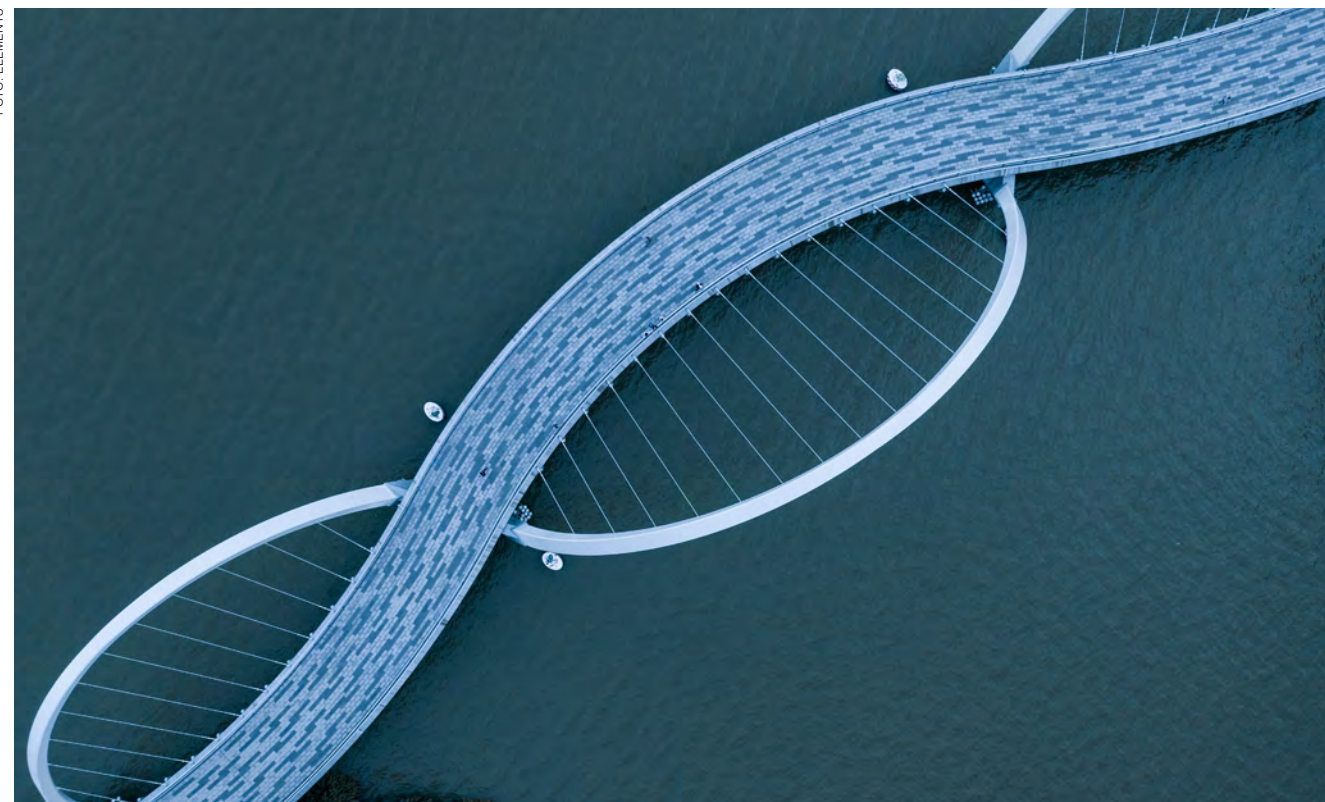
Na área jurídica, o ESG também está trazendo necessidade de atualização. Os cursos de Direito começam a dar maior abertura para essa temática, dada a proximidade entre algumas áreas do Direito com as questões sociais, ambientais e de governança – exemplos são o direito ambiental, trabalhista, societário e penal e econômico.

Na Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito SP), por exemplo, são oferecidos cursos de curta duração sobre governança corporativa desde 2005. Já os cursos relacionados a **→ compliance** e direito penal e econômico (que abordam crimes de colarinho branco) começaram a ter grande procura a partir de 2013, quando a Operação Lava Jato da Polícia Federal estava em evidência. Agora, a instituição de ensino formatou um curso mais específico sobre a temática ESG, com dois meses de duração, face à demanda aquecida: lançado em março deste ano, a procura foi mais do que o dobro das 40 vagas oferecidas, o que levou a FGV Direito SP a lançar processo seletivo para a segunda turma em outubro.

QUESTÕES TRANSVERSAIS

Além disso, os demais cursos de pós-graduação serão reformulados para que suas grades contemplem a temática ESG, afirma

FOTO: ELEMENTS



Emerson Fabiani, professor do mestrado profissional da FGV Direito SP. “Hoje o esforço é para que cada área do Direito forme profissionais com a noção da importância da sustentabilidade. Queremos expandir ao máximo a oferta de conhecimento para que as questões ESG sejam transversais e ajudem a formar profissionais mais éticos e conscientes dessa agenda que olha para o futuro”, diz Fabiani.

A carência de capacitação no mercado para o tema da governança, o G do ESG, levou o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) a criar sua própria formação. A entidade, responsável por difundir os preceitos da governança corporativa entre as empresas brasileiras, abriu a primeira turma para o curso de Governance Officer, cujas aulas começaram em setembro de 2021. Virtual e com carga horária de 80 horas, a formação é voltada para profissionais que já atuam com o tema, mas buscam uma formação mais sólida para liderar ou estruturar uma área de governança em suas empresas.

De acordo com Adriane de Almeida, diretora de desenvolvimento do IBGC, o atual curso é

um aperfeiçoamento do curso de secretaria de governança, que começou a ser ministrado há cerca de uma década e já capacitou 1 mil alunos, e responde também à maior demanda do mercado para o tema. “Remodelamos o curso anterior e criamos um novo *status* para a profissão. O profissional de governança tem perfil semelhante ao de um conselheiro, ou seja, ele terá de entender de estratégias, de relações institucionais e lidar com demandas que a alta liderança não vai absorver”, explica Almeida.

Segundo ela, a governança corporativa viveu ondas bem definidas. A primeira delas foi com os escândalos contábeis nos EUA no início dos anos 2000, que deram origem à **→ Lei Sarbanes-Oxley** para prevenção de fraudes financeiras, o que acabou reverberando no Brasil. Depois, a crise das hipotecas em 2008 também impulsionou o tema, sob a perspectiva da gestão de riscos. E, no Brasil, esse movimento ficou mais forte com o envolvimento de grandes empresas em esquemas de corrupção revelados pela Operação Lava Jato. “O ESG cresceu e fez a governança voltar à pauta”, diz a diretora.

➔ **Estar em conformidade com leis, normas, controles internos e externos, além de todas as políticas e diretrizes estabelecidas para o seu negócio. Vale para as esferas trabalhista, fiscal, contábil, financeira, ambiental, jurídica, previdenciária e ética. (Fonte: Endeavor)**

➔ **Motivada por escândalos financeiros corporativos como o da Enron e sua auditoria Arthur Andersen, foi criada em 2002 com o objetivo de evitar a fuga dos investidores causada pela insegurança a respeito da governança das empresas**

FOTO: ELEMENTS



Termômetros do mercado de trabalho, as grandes empresas globais de auditoria e consultoria confirmam a tendência de alta das temáticas ESG. A demanda dos clientes por serviços nesse campo forçou as gigantes do ramo a remodelar suas áreas dedicadas a ESG e contratar profissionais. A PwC, por exemplo, tem a perspectiva de contratar 100 mil profissionais globalmente nos próximos cinco anos para lidar com ESG e dar suporte à área, o que inclui pessoal de tecnologia e cientistas de dados. Também está formulando um curso de capacitação em ESG voltado à toda a força de trabalho, com capacitações sobre assuntos específicos – como mudança climática, diversidade ou cuidados com as pessoas – conforme a área em que o profissional tenha aderência.

Além da demanda do mercado, as próprias metas de sustentabilidade da firma de auditoria global impulsionam a especialização. A PwC quer se tornar uma empresa neutra em emissões líquidas de carbono até 2030, e tem ampliado a produção de estudos setoriais sobre o tema. “Precisamos de pessoas que conheçam a temática ESG. Hoje, a equipe de sustentabilidade é composta majoritariamente

por pessoas com origem na área ambiental, como engenheiros e gestores ambientais e biólogos, mas profissionais de toda formação são bem-vindos, do direito ao financeiro”, diz Mauricio Colombari, sócio da PwC e responsável pela área de ESG.

A companhia também busca inovar no processo seletivo dos profissionais que vão compor a força de trabalho ESG, por meio de análise das chamadas → *soft skills*, além da formação e do currículo. A ideia é detectar se o candidato tem habilidade para compreender e resolver problemas complexos. “O profissional ESG precisa estar atento ao que está acontecendo na sociedade, saber lidar com pessoas diferentes, ter inteligência emocional e saber inspirar”, explica Tatiana Fernandes, sócia da PwC e responsável pelo RH.

Outra gigante da consultoria e auditoria, a KPMG, há dois anos se reposicionou globalmente e transformou o tema ESG em uma divisão de negócios para atender à crescente demanda das empresas sobre o tema, seja para realizar diagnósticos ou estruturar áreas de sustentabilidade, ou para operações de auditoria de informações ESG. No Brasil,

a reestruturação da área de sustentabilidade começou a ser implementada há um ano, com a formação de uma equipe de mais de 50 pessoas de formações variadas – há cientistas sociais, biólogos, geólogos e analistas financeiros, entre outros profissionais. A divisão de negócios também conta com profissionais com perfil ESG alocados em outras áreas da consultoria, que trabalham em colaboração com o time principal, conforme o projeto.

“A sustentabilidade deixou de ser uma área de apoio para se tornar uma área de negócios, oferecendo serviços em toda a jornada ESG, do diagnóstico até o relatório, passando por *compliance* e governança”, diz Nelmara Arbex, líder da divisão ESG da KPMG.

Segundo Arbex, o movimento é sem volta, pois reflete o momento em que empresas dos mais variados portes vêm sendo mais cobradas para cumprir os requisitos de mercado na área ambiental, social e de governança. “São filiais de multinacionais que têm de implementar a agenda e encontram dificuldade, empresas nacionais que exportam e têm sido pressionadas por clientes e investidores, e as → *B2C* que são cobradas pelos consumidores”, afirma.

O obstáculo, de acordo com a líder da KPMG, é que a formação dos profissionais ainda deixa a desejar – não apenas nas qualificações técnicas relacionadas a ESG, mas na formação como um todo, dadas as disparidades socioeconômicas de um país como o Brasil. Isso reflete no acesso ao conhecimento e no debate sobre ética e questões socioambientais, que está fora do dia a dia da maior parte dos estudantes brasileiros (*mais sobre desigualdades brasileiras à pág. 32*).

Como exemplo, ela cita países como Alemanha e Holanda, onde o currículo básico escolar já trata de assuntos ambientais ou de empreendedorismo desde os primeiros anos. “Essa lacuna na formação dos profissionais no Brasil, e isso vale para qualquer área, precisa ser superada para que nossas empresas se mantenham competitivas”, avalia.

Apesar das falhas de formação e acesso ao conhecimento com uma visão mais integrada de seus componentes, tudo indica que o fenômeno ESG vai fincar suas raízes e causar uma transformação nos currículos e no perfil do profissional que o mercado buscará nos próximos anos. **ZZ**

Habilidades comportamentais, tais como flexibilidade, espírito colaborativo, liderança, comunicação

Business to Consumer, empresas que lidam com o consumidor final



Brasil retrocede nos ODS

O *Relatório Luz* aponta que, das 169 metas da Agenda 2030, organizadas em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Brasil não obteve nenhum avanço, e o mais alarmante: houve retrocessos em 92 metas. É o que mostra a quinta edição do relatório, divulgada neste ano, com a contribuição de pesquisadores e especialistas de cerca de 60 organizações da sociedade civil. Acesse o [estudo completo](#).

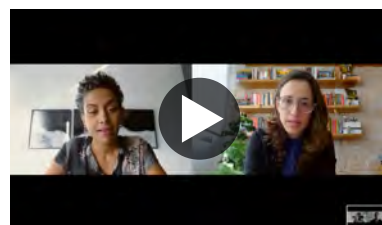


Silêncios eloquentes

Este [webinar](#) traz um ângulo diferente sobre a questão do racismo. Anna Lygia Costa Rego, professora de Economia Comportamental e Psicologia Experimental aplicada ao Direito na Fundação Getúlio Vargas, apresenta o trabalho *Silêncios eloquentes – Uma análise do comportamento verbal em processos jurídicos*, no qual pesquisa o emprego de termos em determinados contextos.

Processo seletivo real

É o nome da campanha da Rede Brasil do Pacto Global, que tem o objetivo de promover os pilares do programa que ajudam a transformar o mundo e seguem os dez princípios universais das áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção. Neste vídeo, 48 segundos são suficientes para passar um belo recado para as empresas:



Democracia inacabada

O relatório *Democracia inacabada: um retrato das desigualdades brasileiras – 2021* analisa a relação entre desigualdades e democracia no Brasil, jogando luz sobre a participação e a representação como indispensáveis para efetivar comandos constitucionais por uma sociedade mais justa e igualitária no Brasil.

Alô, investidores

Em setembro, quando se celebra o Dia da Amazônia, a XP Investimentos publicou um relatório e listou as três principais razões pelas quais vê um cenário preocupante para o futuro da floresta – e, por consequência, para o Brasil e o mundo: 1) pela primeira vez na História, a floresta passou a emitir mais carbono do que a absorvê-lo; 2) redução da precipitação anual na região, somada ao aumento da temperatura; e 3) impacto na biodiversidade da floresta. A casa aponta os setores que requerem maior atenção por parte dos investidores: produção de soja e de gado, devido à ligação com o desmatamento no País. Confira o [relatório completo](#).

Alô, empresas e governos

Ex-ministro da Fazenda e diretor de estratégia econômica e relações com mercados do Safra, Joaquim Levy traçou um mapa do caminho para a descarbonização da economia brasileira, a fim de que o País alcance em 2050 a emissão líquida zero. O mapa inclui agricultura, pecuária, transportes, energias renováveis e eficiência na indústria – além, é claro, do fim do desmatamento. Ele garante que o esforço não envolve custos adicionais, e sim uma reorganização dos mercados. “Tudo isso com o Brasil crescendo e sendo competitivo”, defende, [nesta live](#) realizada pelo jornal *Valor Econômico*.

Investimentos trilionários

Os ativos ESG no mundo devem ultrapassar US\$ 53 trilhões até 2025, representando mais de um terço da estimativa de US\$ 140,5 trilhões em ativos totais sob gestão (AUM, *assets under management*). A projeção é da Bloomberg Intelligence. [Saiba mais](#).

O BC dá as cartas

Em setembro, o Banco Central do Brasil anunciou normas da agenda de sustentabilidade para o setor financeiro. Assista ao anúncio [aqui](#) e consulte as resoluções número [4.945](#), [139](#), [140](#), [153](#), [4.943](#) e [4.944](#).

Desigualdade estrutural

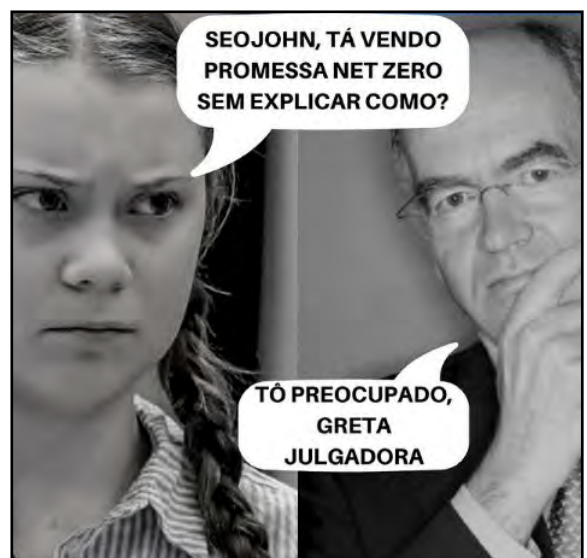
Por meio deste vídeo de seis minutos (em inglês), o professor Ladislau Dowbor mostra como a desigualdade se tornou um eixo estruturante da nossa sociedade. Os dados sobre os Estados Unidos servem para reflexões também sobre o Brasil:



Dribles milionários no Leão

Como bilionários pagam milhões para esconder trilhões? Há diversas formas de se esquivar legalmente de pagar impostos – o que ajuda a enriquecer ainda mais essa gente e a aumentar as desigualdades no mundo. Um desses artifícios ganha o eufemismo de planejamento tributário, mas também pode ocorrer por meio de investimentos em paraísos fiscais, *family offices* e Investimento Social Privado na forma de organizações que pagam menos impostos. É o que desvenda o livro *The Wealth Hoarders: how billionaires pay millions to hide trillions* (ainda sem tradução para o português). Assista a uma entrevista (em inglês) com o autor, Chuck Collins:

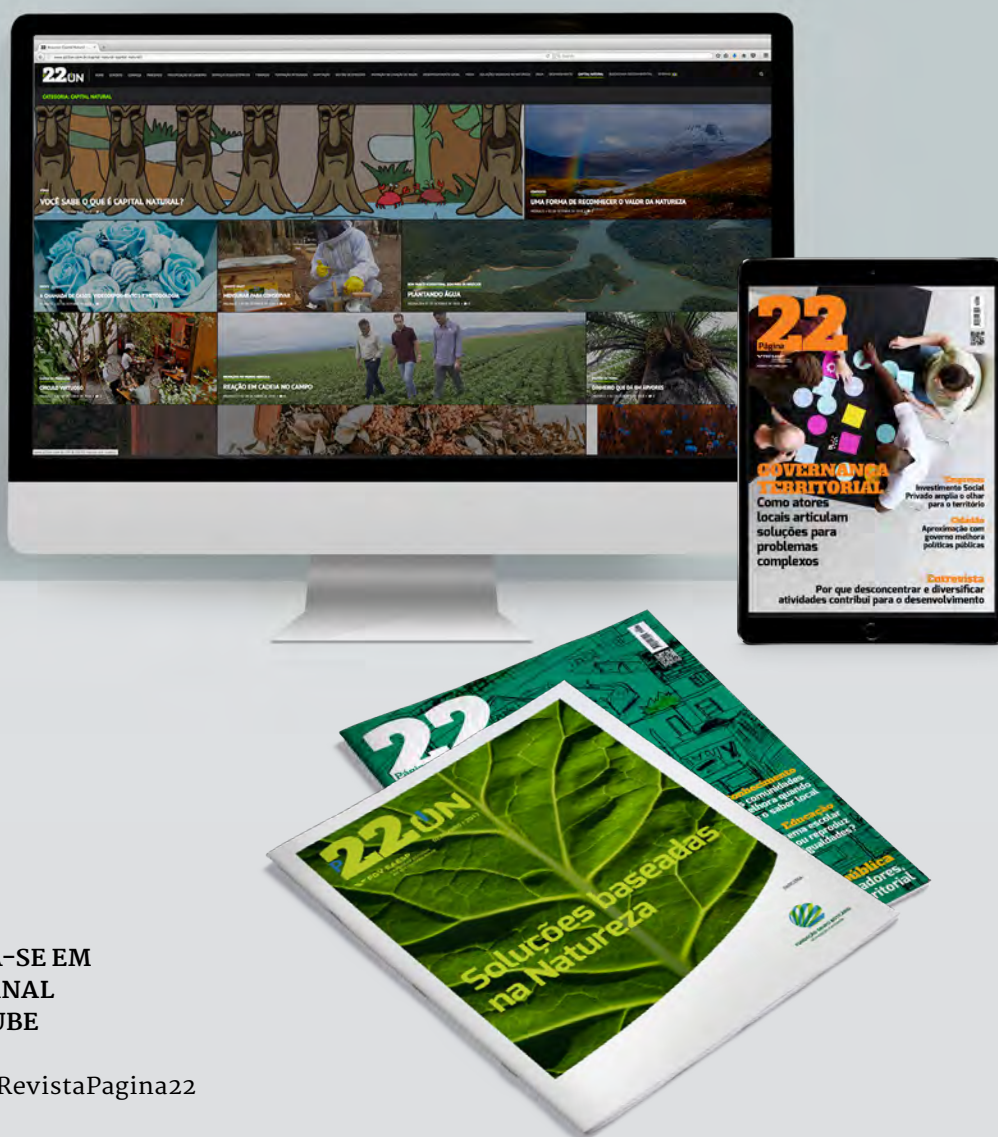




Humor contra o **ESG fake**

O perfil **ESG da Depressão** no Instagram aposta na sátira para fazer críticas ao *greenwashing*. Confira mais memes [aqui](#).

VOCÊ JÁ FALOU DE SUSTENTABILIDADE HOJE?



INSCREVA-SE EM
NOSSO CANAL
NO YOUTUBE



/RevistaPagina22

Se você tem interesse em associar a sua organização a um conteúdo de alta qualidade sobre temas estratégicos da sustentabilidade, entre em contato com a gente. Desenvolvemos projetos especiais sob medida para você.

Para mais informações: www.pagina22.com.br/comercial

22
Página